

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas
com a agricultura**

Período de Análise: 01 a 28 de Fevereiro de 2009

Área Temática: Território e Sustentabilidade

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Índice

Dilema ecológico – Carlos Heitor Cony – Folha de São Paulo – Opinião – 01/02/2009.....	4
Regularização fundiária na Amazônia é a solução? – Sítio eletrônico do MST – 03/02/2009	4
Faltam engenheiros e técnicos para fazer o manejo da floresta - Bettina Barros – Valor econômico – Carreira - 04/02/2009.....	6
Avança implementação do ZEE na Amazônia Legal – Sítio eletrônico do MMA – 05/02/2009.....	8
Minc desobriga donos de terra de reflorestamento – Folha de São Paulo – Brasil – 06/02/2009.....	9
Governo aumenta agropecuária na Amazônia – O Globo – O País – 06/02/2009	10
Greenpeace condena redução de reserva – O Globo – O País – 06/02/2009.....	11
Amazônia: Minc critica Mangabeira - Liana Melo – O Globo – Economia – 06/02/2009	11
Ambientalistas contestam agropecuária na Amazônia – O Globo – O País – 07/02/2009	12
Caos climático tende a piorar no futuro – Folha de São Paulo – Ciência – 08/02/2009 .	13
Amazônia: governo estuda militarizar aviação - Bernardo Mello Franco – O Globo – O País – 08/02/2009	14
Minc defende solução para Cuiabá-Santarém e Transamazônica - Maurício Thuswohl – Agência Carta Maior – 09/02/2009	15
Zoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia - Minc esclarece – Sítio eletrônico do MMA – 09/02/2009.....	17
O preço da floresta: até R\$226 por hectare - Roberta Jansen – O Globo – 10/02/2009..	19
Indústria pesqueira viola padrão ambiental da ONU – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 10/02/2009.....	20
Reter CO2 em floresta rende R\$ 226 por hectare, diz estudo – Folha de São Paulo – Ciência – 10/02/2009.....	21
Lula assina MP que acelera regularização fundiária na Amazônia – Sítio Eletrônico do MDA – 10/02/2009.....	21
Conclusão do zoneamento em MT ainda levará meses - Patrick Cruz – Valor Econômico – Agronegócio - 09/02/2009.....	22
Floresta poderá sobreviver ao aquecimento global, diz estudo – Folha de São Paulo – Ciência – 11/02/2009.....	23
Cassel: Regularização fundiária preserva o meio ambiente na Amazônia – Sítio Eletrônico do MDA – 11/02/2009	24
Regularização fundiária na Amazônia Legal tem garantias para o meio ambiente - Paulenir Constâncio – Sítio Eletrônico do MMA – 11/02/2009	25
Stephanes diz ter projeto para reduzir a zero danos da pecuária – Folha de São Paulo – Brasil – 12/02/2009	26
Rumo ao desmatamento zero – Carlos Minc – O Globo – Opinião – 12/02/2009.....	26
Assentamentos ficam em segundo plano na Amazônia – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Brasil – 13/02/2009	27
Minc anuncia pacote de bondades para municípios que mais desmatam – Bernardo Mello Franco – O Globo – O País – 13/02/2009.....	28

Selo verde para florestas emperra no país – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Brasil – 15/02/2009	29
CUSTOS POR ÁREA AUDITADA PODEM PASSAR DE R\$ 100 MIL - Folha de São Paulo – Brasil – 15/02/2009	30
Minc proporrá mudança de metas de Kioto – O Globo – Editorial – 16/02/2009	30

Segunda Quinzena

Minc proporrá mudança de metas de Kioto – O Globo – O País – 16/02/2009	31
Mudanças climáticas e São Paulo – Xico Graziano e Fernando Rei – Folha de São Paulo – Tendências e Debates – 17/02/2009	31
ONU pede "New Deal Verde" contra aquecimento global – Folha de São Paulo – Ciência – 17/02/2009	33
Desmate faz nuvem "seca" proliferar na Amazônia – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Ciência – 18/02/2009	34
Mudança na chuva já ocorre na área do arco de desmatamento – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Ciência – 18/02/2009	35
CPT manifesta indignação contra fechamento de escola – Sítio eletrônico da CPT – 18/02/2009	35
MP e Governo Yeda voltam a criminalizar MST – Sítio eletrônico do MST – 18/02/2009	37
"Fechar escolas itinerantes é um crime" – Sítio eletrônico do MST – 19/02/2009	40
Minc pede acordo para corte maior de CO2 – Folha de São Paulo – Ciência – 20/02/2009	43
A promoção do crescimento verde – Ban Ki-Moon e Al Gore – Folha de São Paulo – Opinião – 22/02/2009	44
Mar subirá 1,80 m até 2100, diz estudo – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 22/02/2009	46
Congresso Nacional e Governo do Pará definirão utilização de terras - Maurício Thuswohl – Agência Carta Maior – 26/02/2009	47
Crise não reduz emissão de CO2 – O Globo – Ciência – 26/02/2009	49
Portaria dá ao Ibama poder de convocar Força Nacional – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 28/02/2009	49

RIO DE JANEIRO - Além da crise no capitalismo que alguns chamam de "selvagem", temos outro desafio pela frente no campo ambiental. Os ecólogos de todos os tamanhos e feitios não se cansam de alertar para a destruição total do planeta se não forem tomadas medidas truculentas para salvar o que dizem ser o "ecossistema".

Pesquisa da semana passada recomendava, entre outras medidas salvadoras, que a humanidade não mais comesse carne, não usasse carros com combustíveis fósseis nem aparelhos de ar refrigerado. Já sabia que os veículos movidos a gasolina integravam a lista dos principais vilões do meio ambiente. A solução radical, ecologicamente correta, seria voltarmos ao carro de boi. Contudo, estranhei que a carne figurasse entre os itens malditos. Explicaram-me que os incêndios na mata atlântica e na Amazônia, cuja fumaça agride a atmosfera que respiramos e a camada do ozônio que nos protege, são provocados criminosamente por especuladores que desejam criar pastos para o gado e campos para a plantação de cana -uma das alternativas para enfrentar a poluição causada pelo petróleo.

O dilema que vamos enfrentar, mais cedo ou mais tarde, será cruel: precisamos criar alimentos que sustentem a humanidade, que cresce vertiginosamente. Desde Malthus existe a teoria, que parece superada, segundo a qual a população cresce geometricamente e a produção de alimentos cresce aritmeticamente. Daí a necessidade de criar pastos e campos que garantam a nossa sobrevivência. Na outra ponta da corda, o desmatamento radical de nossas reservas florestais agride o ambiente, derreterá o gelo dos polos, os oceanos transbordarão, a temperatura subirá a níveis insuspeitáveis para o homem. Será o fim de um mundo sem direito ao começo de outro.

Regularização fundiária na Amazônia é a solução? – Sítio eletrônico do MST – 03/02/2009

FORUM SOCIAL MUNDIAL 2009 - MANIFESTO DOS SERVIDORES DO INCRA À NAÇÃO BRASILEIRA - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NA AMAZÔNIA LEGAL: SOLUÇÃO OU AGRAVAMENTO DAS DISTORÇÕES PRESENTES À UTILIZAÇÃO E OCUPAÇÃO DE SUAS TERRAS?

Sob os aplausos do ministro da SAE/PR, Mangabeira Unger, e conforme suas declarações à imprensa, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na quinta-feira passada, 22/01/09, com a expressão "o Incra não porá os pés em regularização fundiária na Amazônia", afastou-o definitivamente da regularização fundiária na Amazônia Legal, ao transferir essa atribuição para o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, que passaria a conduzi-la por meio de uma Diretoria Especial a ser criada e incorporada a sua estrutura.

Diante de uma realidade agrária e ambiental, marcada pela expansão sem freio do agronegócio e das explorações minerais, combinada à avassaladora grilagem de terras, à célere devastação dos recursos naturais e ao aumento da exclusão social, o que isto significa: a busca de respostas a uma suposta inércia operacional do Incra ou a geração de facilidades à regularização de médias e grandes ocupações, que a reforma agrária e atual legislação condenam?

Entre superar a inércia que se abate sobre o Incra, promovendo os meios essenciais ao seu fortalecimento e aperfeiçoamento da legislação que disciplina suas ações, o Governo opta pela segunda alternativa, ou seja, a de flexibilizar a lei e criar uma estrutura de serviço questionável, no âmbito do MDA, para dar fluidez à regularização das ocupações, sobretudo das médias e grandes, as quais concentram grande quantitativo de áreas griladas no território amazônico e que, jamais, deveriam ser regularizadas, mas sim, ser objeto de arrecadação e incorporação ao programa de reforma agrária.

Tal tendência, de lamentável constatação, configura, mais uma vez, o fato de os Governantes desse País colocarem os interesses escusos do grande capital organizado - nacional e estrangeiro - à frente dos direitos de toda uma nação, transgredindo e tornando inócuos os dispositivos constitucionais que buscam garantir ao povo brasileiro a socialização dos meios de produção e um meio ambiente saudável, essenciais à reprodução e a perpetuidade da vida, nas suas diferentes modalidades, segundo padrões de dignidade aceitável.

Essa decisão caracteriza não apenas a simples transferência de atribuições de uma instância administrativa para outra, mas sim, o que é mais sério, a renúncia de compromissos históricos do atual Governo, materializada pelo abandono da reforma agrária e das ações fundiárias em conformidade com a função social da propriedade da terra, numa declarada sucumbência aos interesses do agronegócio e dos mineradores, que também investem na modificação do Código Florestal, objetivando facilidades à expansão de suas atividades na região, as quais, certamente, se darão em detrimento do meio ambiente e dos interesses dos povos do campo.

Sob o falso pretexto de combater a desordem fundiária na Amazônia Legal e criar os meios necessários ao desenvolvimento sustentável na região, essa iniciativa, na realidade, termina por se constituir numa estratégia imoral e espúria para mudar a legislação agrária, tornando-a mais permissiva à regularização de ocupações ilegítimas e criminosas, num vínculo estreito com o agravamento da degradação ambiental e concentração da propriedade no País, a ponto de caracterizar uma verdadeira anti-reforma agrária patrocinada pelo atual Governo.

Nestes termos, as entidades representativas dos servidores do Incra, que subscrevem este Manifesto, entendem que é urgente a mobilização unificada dos setores organizados da sociedade, como caminho adequado para estimular as reações da opinião pública contra as ações do agronegócio e das mineradoras, que atentam contra os interesses do povo brasileiro comprometendo o futuro do País. Por oportuno, também apresentam o seu repúdio às atitudes do Governo, quer pela afetação aos mais legítimos direitos do povo brasileiro, quer pela forma precipitada e antidemocrática de como se deu a sua condução, sem qualquer envolvimento dos setores organizados da sociedade a quem interessa o assunto.

Belém/PA, 30 de janeiro de 2009

Faltam engenheiros e técnicos para fazer o manejo da floresta - Bettina Barros –
Valor econômico – Carreira - 04/02/2009

O plano do governo federal de realizar concessões públicas de terras na Amazônia, como forma de segurar o desmatamento da floresta, mal nasceu e já corre o risco de se transformar em mais um projeto oficial fadado ao fracasso. Para alguns especialistas, é isso o que vai acontecer se não houver investimentos urgentes - e maciços - em treinamento profissional.

Um gargalo estimado em milhares de "conhecedores" da Amazônia se espera para os próximos anos. A escassez se concentrará em dois grupos: o de engenheiros e o de técnicos capacitados para o chamado manejo florestal, uma ferramenta complexa e detalhada para a exploração da madeira sem prejuízo à mata.

É neste manejo que o governo, na figura do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), deposita suas esperanças para salvar a maior floresta tropical remanescente no planeta. Em pauta não está mais o isolamento sagrado da mata, mas a sua exploração sustentável, que derruba árvores selecionadas para manter o resto de pé.

Nesse novo cenário de desenvolvimento aliado à preservação, esses dois grupos de profissionais são peças-chave. O engenheiro é o cérebro por trás do manejo. É ele quem analisa o inventário da floresta, divide a propriedade em unidades de produção, define o ciclo de cortes e as chamadas árvores matrizes, que devem ser mantidas para gerar sementes e propagar espécies. O técnico, por sua vez, é o mestre-de-obra. Coordena isso tudo.

O problema, no entanto, está justamente aí. Esses dois especialistas estão em falta no mercado. Não há escolas em número suficiente para atender à demanda continental da Amazônia, e as que existem limitam-se à teoria da sala de aula. O funil, como sempre, está na vivência prática.

"As poucas escolas na Amazônia não fazem capacitação em campo", afirma Adalberto Veríssimo, da ONG ambiental Imazon, em Belém, uma das mais respeitadas na região. "Os alunos de engenharia florestal e de escolas técnicas agrícolas aprendem só em sala o conceito de manejo. Raramente vão para a mata colocá-lo em prática", diz o pesquisador.

Há hoje no Brasil 17 escolas profissionalizantes para técnico florestal. Dessas, apenas cinco estão na região amazônica - duas no Pará (Marituba e Castanhal), uma no Acre (Rio Branco), uma no Amazonas (Manaus) e uma no Mato Grosso (Cáceres). Segundo os dados disponíveis mais recentes, em 2006 essas escolas formaram 245 profissionais florestais, sendo 58 na Amazônia.

Além dos cursos técnicos, há ainda 11 faculdades com curso de engenharia florestal atuando na Amazônia, sendo a mais antiga da Universidade Federal do Pará. Juntas, não formam 400 pessoas. "E isso para um área de 5 milhões de m²", admite Luiz Carlos Joels, diretor do Serviço Florestal Brasileiro, o braço do governo responsável pela gestão das florestas públicas nacionais.

O quadro é preocupante porque bate de frente com as metas de Brasília para preservação da Amazônia. As primeiras licitações de florestas públicas tiveram início no ano passado, quando foram ofertados 97 mil hectares divididos em três lotes na Floresta Nacional do Jamari, em Rondônia. Pelos critérios atuais, pessoas físicas e jurídicas podem disputar glebas para a exploração sustentável, seguindo rígidos princípios sociais e ambientais.

Até a próxima semana, o Serviço Florestal Brasileiro divulgará a próxima licitação

pública, que abrangerá a área de Saraca-Taquera, na calha norte do Pará. Por determinação do Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, o órgão deverá elevar a área de concessão na Amazônia para quatro milhões de hectares até 2010. Outros 13 milhões de hectares são passíveis de concessão nos próximos dez anos.

"Mantidas as metas de implementação de concessões nos próximos dez anos, seriam necessários pelo menos 10 mil profissionais treinados para que o manejo fosse implantado e fiscalizado de forma consistente", diz o holandês Johan Zweede, diretor-fundador do lendário Instituto Florestal Tropical (IFT). "No longo prazo, a demanda poderia chegar a 100 mil profissionais, considerando um cenário em que as concessões sejam planejadas para suprir a demanda por madeira em tora na região, estimada em 25 milhões de metros cúbicos. Infelizmente, existe na Amazônia só uma fração deste número de profissionais treinados".

Zweede é pioneiro no ensino de técnicas para a exploração de impacto reduzido na região. Mas não só por isso ele fala com propriedade. Por incrível que possa parecer, o IFT é atualmente a única escola de capacitação em manejo em toda a Amazônia.

Cravado no quinhão de selva na região de Paragominas, no leste do Pará, o acampamento da escola é também o mais perfeito termômetro do desafio do governo pela frente: aqui são formados apenas 350 alunos por ano.

"O IFT é o único que dá o curso de manejo em campo. Mas ele não é capaz de treinar milhares de pessoas. Não será fácil replicar isso", diz Veríssimo, do Imazon.

Grande parte dos alunos são engenheiros e técnicos da própria região. Em comum, eles carregam no currículo larga experiência em exploração predatória, a prática de derrubar o que estiver pela frente iniciada com a decisão do governo militar de integrar a Amazônia ao resto do país. "Há alguns que, como eu, migraram para o norte para trabalhar, mas acho que a maioria preferiu o governo ou ONGs", diz Marco Lentini, engenheiro florestal formado pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), em Piracicaba, que há uma década vive no Pará.

Lentini é o braço direito de Zweede no IFT e diz sentir na pele a dificuldade em encontrar profissionais experientes. "Se eu quiser contratar dez engenheiros para fazer o manejo florestal na Amazônia, não tem", resume.

Segundo ele, trata-se de uma especialização com enorme potencial de crescimento. Em cálculos rápidos, ele explica o porquê. A exploração manejada de 5 mil metros cúbicos de madeira em tora por mês emprega 26 pessoas e utiliza 2,5 máquinas. Na exploração convencional para igual volume de madeira são precisos 11 pessoas e 4 máquinas. "Não há engenheiro ou técnico, e na prática só existe um chefe de exploração que geralmente funciona como motorista", diz Lentini.

O governo admite o problema. "Em 2009 a capacitação será prioridade do Cenaflor", diz, de forma vaga, Natalino Silva, diretor do Serviço Florestal, referindo-se ao centro de capacitação profissional ligado ao Ibama.

Correr atrás não será fácil, como o governo sabe. Para especialistas, sem incentivo público e investimento, a demanda potencial do manejo esmagará a oferta. O próprio IFT depende de contribuições internacionais - Caterpillar, Moore Foundation e USDA - para se manter em pé.

Mas nem tudo pode estar perdido. Para Veríssimo, do Imazon, a escassez de qualificação na Amazônia é grave, mas contornável. "Há carência de profissionais porque ainda há pouco manejo no Brasil", diz. "No momento em que começar a ter volume, o mercado acompanhará".

Somente 4% da madeira comercializada no país vem de florestas manejadas. Os ambientalistas torcem para que esse quadro mude o mais rápido possível.

Avança implementação do ZEE na Amazônia Legal – Sítio eletrônico do MMA –
Lúcia Leão e Carlos Américo - 05/02/2009

Até o mês de março, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) deve apreciar a resolução da Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) que acatou a recomendação do ZEE da BR-163 de redução para fins de recomposição, de 50%, da área de reserva legal das propriedades rurais na área de influência da BR-163. A recomendação foi debatida nesta quinta-feira na reunião da Comissão aberta pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc.

No encontro, a comissão decidiu aprofundar o debate sobre compatibilização de políticas públicas do governo federal com as estratégias dos ZEEs dos estados e o da BR-163. Uma reunião extraordinária da comissão será realizada para que os órgãos envolvidos possam propor iniciativas que ampliem a integração e convergências das ações do governo federal e estadual à luz das diretrizes do ZEE da BR-163.

Segundo o diretor de Zoneamento Territorial do Ministério do Meio Ambiente, Roberto Vizentin, o ZEE é o caminho mais curto para promover a transição do atual modelo predatório para o sustentável.

Durante a reunião, o ministro assistiu a apresentação da proposta de macrozoneamento ecológico-econômico do estado do Amazonas, elaborado pelo governo estadual com apoio de técnicos do governo federal e de instituições científicas e acadêmica e discutido com a população amazonense em 11 audiências públicas. Até o próximo dia 2 de março o projeto receberá sugestões dos participantes da Comissão Coordenadora ZEE Brasil para então ser encaminhado à Assembléia Legislativa do estado e se transformar em lei.

Minc ressaltou a importância dos ZEEs e elogiou o empenho do estado em concluir o projeto. "É mais um passo em direção ao cumprimento da nossa meta de termos, até o final de 2009, o zoneamento ecológico-econômico de todos os estados da Amazônia e também o macrozoneamento regional. Eles são instrumentos fundamentais para a execução das políticas de desenvolvimento sustentável, de implementação do PAS e de definição dos investimentos do Fundo Amazônia Sustentável, entre outras ferramentas de gestão. É um documento de base técnico-científica, pactuado com a sociedade, que diz o que pode fazer, onde pode fazer, e como pode fazer. Dessa forma ele estabelece regras claras e permite identificar quem está dentro ou fora da lei".

O ZEE do Amazonas identificou os municípios da divisa com o Acre e Rondônia, especialmente Lábrea e Boca do Acre, como os mais vulneráveis às práticas econômicas predatórias em função da facilidade de acesso à BR-364, por onde é feito o escoamento da madeira ilegal. Região tratada como da "tríplice fronteira", ela já está sendo foco de

entendimentos entre os três estados para implantação de infra-estrutura em ação conjunta de fiscalização e gestão territorial compartilhada.

O documento também destaca as margens da BR-319 - a Manaus-Porto Velho - que o estado pretende "blindar" com um corredor de unidades de conservação, especialmente unidades de uso sustentável para criar alternativas para as populações tradicionais. Desta forma deve-se evitar a ocupação desordenada e o desmatamento, como o que ocorreu, por exemplo, nas margens da BR-163.

Minc desobriga donos de terra de reflorestamento – Folha de São Paulo – Brasil – 06/02/2009

O ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) deu aval para que proprietários não sejam obrigados a recompor uma área desmatada de 7.100 km² na região da rodovia federal BR-163, no Pará, dentro da Amazônia. Isso equivale a 4,5 vezes o tamanho da cidade de São Paulo. Na prática, em vez de reflorestar a região, os donos poderão explorá-la economicamente com agricultura ou pecuária, por exemplo. "Isso está previsto no Código Florestal e ocorre quando é feito zoneamento ecológico [medidas de proteção ambiental], como o apresentado pelo governo do Pará [para a região]", disse Minc.

Em janeiro passado, a governadora do Pará, Ana Júlia Carepa (PT), sancionou lei de zoneamento ecológico-econômico prevendo redução de 80% para 50% da área que os proprietários devem reflorestar no local.

O governo estadual calculou que até o ano de 2005 foram desmatados 23,7 mil quilômetros quadrados na região da BR-163. Como na Amazônia devem ser preservados 80% das florestas, os proprietários teriam que recuperar um total de 18,9 mil quilômetros quadrados. Mas, devido à redução para 50%, precisarão recompor só 11,8 mil quilômetros quadrados.

A redução recebeu parecer favorável do Ministério do Meio Ambiente. Ontem, o texto foi aprovado pela comissão de Zoneamento Ecológico-Econômico e segue para aprovação pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente, presidido por Minc. **(HUDSON CORRÊA)**

Governo permite aumento da agricultura na Amazônia – O Globo – Capa – 06/02/2009

Medida muda regra sobre reflorestamento e autoriza ampliação de área plantada
O governo aprovou uma medida que aumenta as áreas de agricultura e pecuária na Amazônia.

Uma comissão com representantes de 13 ministérios mudou a regra sobre reflorestamento obrigatório no entorno da BR163, que liga Santarém a Cuiabá, e de rodovias próximas, reduzindo a área de reserva legal. Quem desmatar terras no entorno das rodovias não será mais obrigado a reflorestar 80% daquela área, como determina hoje a legislação ambiental, mas 50%. Cerca de 700 mil hectares deixarão de ser

replantados com árvores nativas e poderão ser usados para a agricultura. A decisão foi aprovada por unanimidade. Para o Ministério do Meio Ambiente, favorável à mudança, a nova regra permite combater melhor o desmatamento. O Greenpeace criticou a medida, que será submetida ao Conselho Nacional de Meio Ambiente.

Governo aumenta agropecuária na Amazônia – O Globo – O País – Catarina Alencastro - 06/02/2009

BRASÍLIA. O governo federal aprovou ontem uma medida que, na prática, vai ampliar as áreas de agricultura e pecuária na Amazônia e diminuir as exigências de replantio de floresta em áreas degradadas. A Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional, uma câmara interministerial composta por 13 ministérios, modificou a área de reserva legal no entorno da BR-163, que liga Santarém (PA) a Cuiabá (MT), e da Rodovia Transamazônica, a BR-230.

Pela decisão, as propriedades rurais da região próxima às rodovias terão sua reserva legal reduzida de 80% (exigido em todo o bioma amazônico) para 50%. Ou seja: quem já desmatou terras no entorno das rodovias não será mais obrigado a reflorestar 80% da propriedade, como determina a legislação ambiental, e sim, 50% da fazenda. Com isso, cerca de 700 mil hectares deixarão de ser replantados com árvores nativas da Amazônia e poderão ser usados para a agricultura. Minc defende mudança, mas não participa de votação

A decisão ainda terá de ser aprovada pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e depois virar um decreto presidencial.

Mas a aprovação na câmara interministerial foi unânime e teve parecer favorável elaborado pelo próprio Ministério do Meio Ambiente. A área sujeita à mudança corresponde a 30% dos 33,4 milhões de hectares que estão sob influência da BR163, em 19 municípios do Pará.

Um representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior admitiu que a decisão “abre um precedente muito positivo”, que pode acabar sendo replicado em outras áreas.

Para o Meio Ambiente, porém, a mudança impedirá o avanço do desmatamento.

— Aparentemente é uma flexibilização, mas, objetivamente, você ganha mais condições de cumprir a lei — alegou Roberto Vizentin, diretor de Zoneamento Territorial do ministério.

A nova área de reserva legal já foi aprovada pela Assembleia Legislativa do Pará e virou lei estadual sancionada pela governadora Ana Júlia Carepa (PT). O Código Florestal permite essa possibilidade, desde que o estado já tenha feito o Zoneamento Econômico-Ecológico e que a área já esteja bastante degradada.

O Mato Grosso, na outra ponta da BR-163, ainda está fazendo o zoneamento, mas também reivindicou a diminuição da reserva legal no norte do estado, dentro do bioma amazônico. O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, participou apenas da primeira parte da reunião, mas deixou a discussão quando este assunto entrou na pauta e não votou. Ele defende a implantação de um distrito florestal antes que a obra saia, e lembra que o anúncio do asfaltamento da BR-163 triplicou o desmatamento na região. No entanto, Minc também acredita que a diminuição da reserva será um ganho ambiental: — Nessas áreas, o desmatamento é de 90%. Quando você diz que essas áreas podem usar 50% para produção, que para ficar legal tem que

reflorestar, ele vai ter que demarcar APP (Área de Preservação Permanente, como encostas de morros e beiras de rios) e replantar 40% com nativas.

A regra só valerá para quem desmatou até 2005, ano em que o Pará aprovou a lei de macrozoneamento.

Greenpeace condena redução de reserva – O Globo – O País – 06/02/2009

Para ONG, decisão serve apenas para legalizar a devastação na região BRASÍLIA. O Greenpeace condenou a redução da reserva legal de propriedades rurais do entorno da BR-163 e da BR230. Para a ONG, a decisão dá um aval aos desmatadores e legitima o crime ambiental por eles praticado até 2005.

— O que me assusta é que já existe essa decisão, e o zoneamento vai valer como carimbo e legitimação. O problema da BR163 é que ela foi aberta nos anos 70, ficou anos abandonada, e quando foi anunciada sua retomada houve um processo de grilagem e acirramento dos conflitos.

A decisão me parece desfocada, isso é só para legalizar a devastação que já está lá — avaliou Sérgio Leitão, diretor de Políticas Públicas do Greenpeace.

A ONG diz que a questão não é a extensão da área destinada à preservação, e sim a falta de fiscalização. Para Leitão, o argumento do governo de que a medida ampliará a legalidade é desculpa para explicar sua incompetência: — A reserva legal já foi de 50%. O problema não é ser 50 ou 30 ou 20, é não ter fiscalização.

Falta governo. Isso é argumento da burocracia para justificar sua falta de ação. O governo está sempre procurando uma desculpa para justificar o que não foi feito, para justificar seus erros. Essa recomendação da redução de reserva legal é para perdoar o passado, e não para evitar que aconteçam novos crimes. O parecer do Ministério do Meio Ambiente pela redução da reserva legal faz um resumo do trâmite percorrido no Pará antes de o texto chegar à esfera federal. Diz que a mudança foi aprovada pela sociedade civil e por ONGs ambientalistas. O Pará foi o estado que registrou mais desmatamento no ano passado, com 5.180 km² de florestas devastadas. No total, 11.968 km² foram destruídos na Amazônia.

O macrozoneamento do Pará determinou que pelo menos 65% do território do estado serão destinados a áreas protegidas e no máximo 35% para consolidação e expansão de atividades produtivas.

Amazônia: Minc critica Mangabeira - Liana Melo – O Globo – Economia – 06/02/2009

A proposta do ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, de flexibilizar os licenciamentos ambientais das obras do PAC na Amazônia Legal acabou levando o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, a romper o silêncio que vinha cumprindo desde que, a pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, parou de discutir publicamente com o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, sobre o Código Florestal.

É que, de posse de um parecer jurídico, encomendado à Consultoria Jurídica do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Minc critica a proposta de Mangabeira, afirmando que ela é inconstitucional. Isto porque a competência legal para propor regulamentação na área ambiental é exclusiva do MMA.

Nenhum outro órgão, disse ele, pode legislar sobre o tema, sem a anuência da sua pasta. Além de defender um “regime jurídico especial” para o PAC na Amazônia Legal, a proposta de Mangabeira — antecipada pelo Blog Verde — sugere que o licenciamento seja aprovado em até 120 dias, inclusive nas “unidades de conservação, terras indígenas, sítios de valor histórico e arqueológico”. O prazo de quatro meses deve incluir o estudo prévio de impacto ambiental.

Mangabeira defende criação de comitê gestor

Procurado, Mangabeira informou, por meio da sua assessoria, que o documento recebido por Minc não era uma proposta, apenas ideias para serem debatidas. Mas o documento foi encaminhado à Casa Civil e propõe a criação de um “comitê gestor do PAC”, a quem caberia decidir o que passaria ou não pelo licenciamento federal.

— Lamento não ter sido consultado sobre um assunto que é da minha pasta. O ministro (Mangabeira) diz ser sensível à ideia de que os licenciamentos ambientais não podem ser um entrave — disse Minc. — Tanto que, em oito meses, destravamos o Ibama e reduzimos à metade o tempo dos licenciamentos.

No decreto, Mangabeira alega que o “processo de licenciamento ambiental brasileiro padece de inadequações administrativas que não garantem maior qualidade ambiental às obras, mas oneram e atrasam os investimentos”.

Ambientalistas contestam agropecuária na Amazônia – O Globo – O País – 07/02/2009

RIO e BRASÍLIA. A decisão do governo de aprovar a flexibilização da área de reflorestamento de reserva legal em algumas regiões da Amazônia no entorno da BR-163 (Santarém-Cuiabá) e da BR230 (Transamazônica) fez acender a luz amarela dos ambientalistas. Para o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), a medida vai na contramão do que o próprio Executivo sinalizou quando, em 2006, previu a criação de um distrito florestal para proteger a região do desmatamento.

— O governo tem tido muita dificuldade em colocar essa região na legalidade. O distrito florestal foi criado e não decolou.

Novas Unidades de Conservação têm sido desmatadas, e o plano de asfaltamento sustentável também não foi executado — afirma Adalberto Veríssimo, pesquisador do Imazon.

— Não sou contra a redução de reserva legal onde haja produção intensa demonstrada no zoneamento, como prevê o Código Florestal. O problema é que essa área da BR-163 não é de aptidão agrícola em larga escala.

Quem disse isso foi o próprio governo — completou.

A Confederação da Agricultura (CNA) defende que todos os que já desmataram na Amazônia sejam regularizados e obrigados a recompor apenas 50% da reserva. Para a presidente da CNA, senadora Kátia Abreu (DEM-TO), o Ibama tem que reforçar a fiscalização para que não ocorram novos desmatamentos.

Segundo ela, são os madeireiros que exploram madeira ilegal, e não os agropecuaristas, os grandes vilões da Amazônia: — Quanto é que vai ganhar um produtor rural por estar preservando a biodiversidade? Ele está reservando um pedaço da natureza para a humanidade, está preservando para todo mundo e vai pagar sozinho? O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, voltou ontem a dizer que a redução da recomposição da reserva legal de 80% para 50% da propriedade tem amparo no Código Florestal e que o Zoneamento EcológicoEconômico da BR-163 foi aprovado pelo governo do Pará, com apoio dos ambientalistas.

No Rio, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, condenou a criminalização do desmatamento da Amazônia: — Tratar esse assunto sob a perspectiva da criminalização é um equívoco. Não é agenda brasileira o desmatamento da Amazônia, que é desmatar e explorar com pecuária, e também não é a agenda preservar a Amazônia para ser um grande jardim para deleite estrangeiro Ouça as declarações de Jobim oglobo.com.br/pais

O GLOBO NA INTERNET ÁUDIO Ouça as declarações de Jobim oglobo.com.br/pais

Caos climático tende a piorar no futuro – Folha de São Paulo – Ciência – Claudio Ângelo – 08/02/2009

A nevasca sem paralelo nos últimos 18 anos que mergulhou o Reino Unido no caos na última semana tem a mesma origem das chuvas que causaram a tragédia em Santa Catarina e da onda de calor que sufoca os australianos. E, embora não seja possível pôr a culpa no aquecimento global, instabilidades desse tipo tendem a ficar mais frequentes no futuro.

Previsto para ser um dos cinco anos mais quentes já registrados, 2009 começou gelado para os europeus e boa parte dos norte-americanos. "O frio foi excepcional. Temperaturas negativas por vários dias seguidos são incomuns em Paris", disse o músico brasileiro Guilherme Carvalho, que mora há oito anos na capital francesa. "No canal de La Villette, vi uma placa: "Perigo -não ande no gelo", coisa que nunca tinha visto antes."

"Estamos há uma semana sem energia aqui e com temperaturas abaixo de zero. Há muita gente desabrigada", escreveu de Louisville (Kentucky, EUA) o linguista Daniel Everett. O Estado registrou 27 mortes pela nevasca e foi decretado área de calamidade pública pelo presidente Barack Obama. O frio levou comentaristas da direita americana ao inevitável questionamento do aquecimento global. Afinal, se o mundo está esquentando, por que o inverno setentrional de 2009 chegou dessa forma?

Nada com o que se espantar, dizem os meteorologistas. Na média, 2009 ainda deve ser quente. "O ano ainda não acabou", diz José Marengo, do Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). Segundo Pedro Leite da Silva Dias, diretor do Laboratório Nacional de Computação Científica, os extremos do final de 2008 e do começo deste ano podem ser explicados por duas causas imediatas.

A primeira é o fenômeno La Niña, nome dado ao resfriamento anormal das águas do oceano Pacífico. Como sua cara-metade, o El Niño, (o aquecimento anormal do Pacífico), o La Niña é sazonal e, quando se instala, é uma das forças dominantes nas condições climáticas do planeta. Há um La Niña instalado desde 2008, e ele não deve sumir antes de abril.

Pedra na água - A outra causa são chuvas intensas sobre a região da Indonésia desde o fim de 2008. "Onde chove, ocorre liberação de muita energia para a atmosfera, como se fosse jogada uma pedra na água", afirma Dias. "A energia é propagada na

atmosfera, como ondas na água, e forma padrões de ondas que atingem zonas remotas." Parte dessas ondas se propaga pelo hemisfério Norte, da América para a Europa. Parte se dissemina pelo hemisfério Sul. "Portanto, as anomalias na Austrália e as anomalias na América do Sul, como as chuvas de novembro em Santa Catarina e depois em Minas, Rio e Espírito Santo, estão todas correlacionadas", afirma o cientista.

A relação disso tudo com o aquecimento global é mais sutil. Segundo Michel Jarraud, da Organização Meteorológica Mundial, as pessoas tendem a confundir tempo (condições específicas da atmosfera num dado momento) e clima (condições gerais, no longo prazo).

"Todo ano você tem padrões excepcionais de tempo e lugares onde recordes são quebrados", disse Jarraud numa entrevista coletiva no fim do ano passado. "Se você tem ar mais frio em algum lugar, você tem de ter ar mais quente em algum outro lugar. A temperatura média da Terra é a mesma." O aquecimento global não significa que não haverá mais invernos frios, mas sim que eles serão menos frequentes. "Não é algo que você espera que seja mais quente e mais quente", afirma Marengo, do Inpe. O que existe é uma elevação contínua da temperatura média.

Marengo lembra ainda que o aquecimento global é composto por dois tipos de influência, ou "sinal": as antropogênicas, ou seja, causadas por atividades humanas, e as naturais. Há um cabo-de-guerra entre ambas. "Nos dois últimos anos, tivemos temperaturas mais baixas do que no final do século 20. Pode ser que a variabilidade normal do clima esteja mais forte que o sinal antropogênico agora, mas no longo prazo o sinal dos gases-estufa é mais forte", diz o climatologista.

Amazônia: governo estuda militarizar aviação - Bernardo Mello Franco – O Globo – O País – 08/02/2009

BRASÍLIA. Na contramão de medidas adotadas nos últimos anos, o governo estuda militarizar novamente a aviação regional na Amazônia. A ideia de retirar o comando do setor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) para devolvê-lo à Aeronáutica está em análise pelo ministro dos Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger.

Com um discurso afiado contra o estrangulamento do espaço aéreo sobre a floresta, ele defende um pacote de mudanças que inclui ainda a redução de exigências para o funcionamento de aeroportos pequenos e a volta do monopólio em algumas linhas que cruzam os céus da região.

A proposta de militarização da aviação regional, que encontra resistências no Ministério da Defesa, ainda não foi encampada oficialmente por Mangabeira e não aparece nos documentos internos de discussão do Plano Amazônia Sustentável (PAS), que ele coordena.

Em entrevista no último dia 21, o ministro admitiu que o assunto é controverso, mas revelou que vai estudá-lo com atenção: — Há uma reivindicação, que eu não incluí entre a lista de soluções porque é um tema mais controverso, que é a possibilidade de, na Amazônia, o governo tirar a aviação regional dos cuidados da Anac e devolvê-la à Força Aérea. É uma ideia que está em discussão.

Não estou ainda convencido de que isso seja necessário ou conveniente, mas vamos considerar todas as opções, sem preconceito. “Não tem nada disso”, rejeita Nelson Jobim Procurado, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, deu mostras de que a ideia de militarizar o setor não encontra respaldo em sua pasta.

— Não tem nada disso — disse, por meio de assessores.

— Várias mudanças estão em estudo, mas a decisão final é do ministro da Defesa.

Minc defende solução para Cuiabá-Santarém e Transamazônica - Maurício Thuswohl – Agência Carta Maior – 09/02/2009

Em carta aberta, ministro do Meio Ambiente ressalta que Zoneamento Ecológico-Econômico nas duas rodovias foi realizado de forma ampla e democrática pelo Governo do Pará. Sancionado em janeiro pela governadora Ana Júlia Carepa, ZEE abrangerá 19 municípios.

RIO DE JANEIRO – Diante das críticas do movimento socioambientalista à decisão de reduzir de 80% para 50% a área de reserva legal mínima obrigatória nas propriedades localizadas às margens das rodovias BR-163 (Cuiabá-Santarém) e BR-230 (Transamazônica), o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, saiu em defesa do processo de Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) que deu origem à proposta. Em carta aberta divulgada na sexta-feira (13), Minc rechaça as dúvidas sobre seu apoio às mudanças aprovadas pelo governo e ressalta que o ZEE executado nas proximidades das duas rodovias foi realizado em respeito a uma lei estadual aprovada no Pará com ampla discussão e apoio da sociedade civil.

“O ZEE da BR-163 foi feito em dois anos, com onze consultas públicas e com apoio do IBGE, do Museu Emílio Goeldi, da Embrapa e da CPRM, além de outras instituições que integram o Consórcio do ZEE-Brasil, foi discutido e votado no parlamento estadual. Ele não prevê o aumento de nenhum quilômetro quadrado de desmatamento de área virgem e de nenhum quilômetro quadrado de expansão de agropecuária em mata nativa. Ao contrário, a recomposição da Reserva Legal implicará em redução da área atualmente em uso”, afirma o ministro no documento.

Minc lembra que o ZEE realizado no Pará “define as áreas de expansão de unidades de conservação e prevê a intensificação da produção em áreas degradadas e consolidadas, exatamente nos termos do Código Florestal Brasileiro, artigo 16, parágrafo 5º” e afirma que isso “foi uma conquista importante do movimento SOS Floresta (liderado por diversas ONGs) e de parlamentares ambientalistas, após audiências públicas do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) em todo o país, no ano 2000”.

A realização do ZEE, segundo o ministro, é uma grande conquista do governo e da sociedade: “O ZEE, junto com a regularização fundiária, é o estabelecimento da fronteira da legalidade ambiental, demandada por governos, técnicos, ambientalistas, empresários sérios e universidades. Ele estabelece o que pode ser feito, como e onde, criando a base da sustentabilidade e uma clareza e foco nas operações de repressão ao crime ambiental, e é uma das chaves para combatermos o desmatamento, a violência, a

exclusão e melhorarmos a qualidade de vida de 24 milhões de amazônidas, preservando o bioma”.

Na carta, Minc diz que, apesar dos avanços, o resultado obtido até aqui pelo poder público ainda é “precário e insuficiente”, e convoca a sociedade a se mobilizar: “Temos que inverter este quadro, combatendo a impunidade, impedindo que criminosos ambientais enriqueçam com o produto de atos ilícitos (como leilões de boi e madeira pirata) e criar apoio técnico, econômico e um marco legal que incentivem a recuperação de áreas degradadas, base para o desmatamento zero. Isto só avançará com a regularização fundiária de todas as terras da Amazônia, que o governo Lula pretende concluir em três anos, a finalização do ZEE e a implementação do Plano Amazônia Sustentável (PAS)”, afirma o ministro.

Dezenove municípios - Com 18 artigos, a Lei 7.243/09, que estabelece o ZEE nas áreas de influência das rodovias Cuiabá-Santarém e Transamazônica em território paraense, foi sancionada no dia 20 de janeiro pela governadora Ana Júlia Carepa. O ZEE abrange a Zona Oeste do Pará, e contempla 19 municípios: Altamira, Anapu, Aveiro, Belterra, Brasil Novo, Itaituba, Jacareacanga, Juruti, Medicilândia, Novo Progresso, Placas, Porto de Moz, Prainha, Rurópolis, Santarém, Senador José Porfírio, Trairão, Uruará e Vitória do Xingu. Reunidos, esses municípios têm uma área de 334.450 mil km² (uma vez e meia maior que o território de São Paulo), que representa 27% do território paraense e abriga uma população estimada em cerca de um milhão de habitantes.

O Projeto de Lei do ZEE da BR-163 e da BR-230 foi construído em 18 reuniões realizadas com os integrantes do Consórcio do Zoneamento Ecológico-Econômico do Pará (CZEE-PA). Segundo o governo estadual, participaram destas reuniões diversos segmentos da sociedade civil organizada, os governos federal, estadual e municipal (Altamira e Santarém), organizações de classes (Fiepa, Faepa, Fetagri e Fetraf) e ONGs que atuam na questão do ordenamento territorial (WWF, Ipam, Conservação Internacional e TNC).

Apoio da governadora - Após sua elaboração, a proposta de ZEE para as duas rodovias foi sucessivamente votada e aprovada na Assembléia Legislativa do Pará e na Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional, colegiado criado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e formado por 13 ministérios. Para entrar em vigor, resta agora a aprovação no Conama.

Quando enviou o PL do ZEE à Assembléia Legislativa, a governadora Ana Júlia enfatizou seu apoio à medida: “É a partir do ordenamento ambiental e territorial do nosso estado que vamos oferecer segurança jurídica ao setor produtivo, aos agricultores familiares, às comunidades extrativistas, aos ribeirinhos e às populações indígenas e quilombolas para o desenvolvimento de suas atividades em bases sustentáveis”, disse.

Zoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia - Minc esclarece – Sítio eletrônico do MMA – 09/02/2009

Recentes matérias na mídia afirmaram que o ZEE da BR 163, aprovado em lei estadual do Pará, sancionada pela governadora Ana Júlia em 9 de janeiro de 2009, e recepcionada pela Comissão Técnica interministerial do ZEE flexibiliza o Código Florestal e estimula a expansão da agropecuária na Amazônia, além de aumentar o desmatamento e diminuir a recuperação de áreas degradadas. Todas estas afirmações são total e rigorosamente falsas.

1. O ZEE da BR 163 foi feito em 2 anos, com 11 consultas públicas, com apoio do IBGE, Museu Emílio Goeldi, Embrapa e CPRM e outras instituições que integram o Consórcio do ZEE-Brasil, discutido e votado no parlamento estadual. Ele não prevê o aumento de nenhum km² de desmatamento de área virgem e de nenhum km² de expansão de agropecuária em mata nativa. Ao contrário, a recomposição da Reserva Legal implicará em redução da área atualmente em uso.

2. Este ZEE define as áreas de expansão de unidades de conservação e prevê a intensificação da produção em áreas degradadas e consolidadas, exatamente nos termos do Código Florestal Brasileiro, artigo 16, Parágrafo 5º.

3. Além disso, 58,1% do território zoneado já estão cobertos por Áreas Protegidas, como UCs (proteção integral e uso sustentáveis), Terras Indígenas e Área Militar.

4. A consequência prática da implementação deste ZEE da área de influência da BR 163 (Cuiabá - Santarém) será O REFLORESTAMENTO DE 1,5 MILHÃO DE HA de florestas, sem qualquer novo desmatamento de matas nativas, com a recomposição de reservas legais e de APPs - Áreas de Preservação Permanentes.

5. A Comissão Técnica interministerial do ZEE NÃO TEM PODER para flexibilizar nenhuma lei federal - só o Congresso Nacional dispõe desta prerrogativa.

6. Esta Comissão também não tem poderes para vetar uma lei estadual, só o STF em Ação de Inconstitucionalidade. Ela poderia exigir documentos e mapas (estavam todos completos) ou sugerir modificações ao governo e ao parlamento estadual em caso de ilegalidade (que inexistem).

7. A conclusão de todos os ZEEs estaduais e do Macro-zoneamento até o final de 2009 é um compromisso do MMA e do Governo Federal. Três estados concluíram (como Acre e Rondônia, aprovados no CONAMA, nos mesmos termos, conforme o artigo 16 do Código Florestal), outros 3 enviaram às Assembléias Legislativas; o estado do Amazonas o apresentou à Comissão e envia ao parlamento estadual até o início de março.

8. Cabe lembrar que este dispositivo do Código Florestal que prevê o ZEE como referência para a recomposição da Reserva Legal nos termos do seu Artigo 16, foi uma conquista importante do movimento SOS Floresta (liderado por diversas ONGs) e de

parlamentares ambientalistas, após audiências públicas do CONAMA em todo o país, no ano 2000.

9. O ZEE junto com a regularização fundiária é o estabelecimento da fronteira da legalidade ambiental, demandada por governos, técnicos, ambientalistas, empresários sérios e universidades. Estabelece o que pode ser feito, como e onde, criando a base da sustentabilidade e uma clareza e foco nas operações de repressão ao crime ambiental.

10. O Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) é uma das chaves para combatermos o desmatamento, a violência, a exclusão e melhorarmos a qualidade de vida de 24 milhões de amazônidas, preservando o bioma.

11. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) organizou com o IBGE, a Embrapa e a CPRM (recursos minerais) o Consórcio ZEE Brasil para apoiar os estados na elaboração dos seus zoneamentos.

12. Em duas das áreas demarcadas ao longo da BR 163, com mais de 80% de desmatamento e atividades econômicas consolidadas, o ZEE possibilita a intensificação e legalização das atividades, mediante a recomposição da Reserva Legal, de no mínimo 50% da área, mais as APPs - Áreas de Preservação Permanentes. Essa medida será para aqueles que desmataram antes de 2005, mais do que o permitido em lei. Para os demais efeitos, em toda a área coberta por este ZEE, a Reserva Legal continua em 80% da propriedade rural.

13. O desmatamento da Amazônia (e dos outros biomas) não se enfrenta apenas com o IBAMA e a Polícia Federal. Nestes 8 meses houve uma redução de 40% da área desmatada, em comparação com os mesmos meses do ano anterior; isto devido à intensificação das operações, a entrada em vigor da resolução do Banco Central que veda o crédito para quem esteja na ilegalidade fundiária ou ambiental, aos leilões do boi pirata e da madeira pirata, ao controle de alguns entroncamentos rodoviários.

14. Mas este resultado é precário e insuficiente. Sem a regularização fundiária, o ordenamento territorial através do ZEE, o Fundo Amazônia, o financiamento de um modelo de desenvolvimento inclusivo e não predatório, a transformação e valorização da cadeia de produtos do extrativismo, o manejo florestal e a implementação do PAS - Plano Amazônia Sustentável, a destruição da floresta continuará.

15. Isto representaria um atentado à biodiversidade, às populações tradicionais e às comunidades indígenas; e também o não cumprimento do Plano Nacional de Mudanças Climáticas, assinado pelo presidente Lula em dezembro, e festejado na Polônia pelo secretário-geral da ONU e por Al Gore como um significativo avanço da posição do Brasil, e exemplo para outros países.

16. Hoje é mais fácil e barato um agente desmatar a floresta nativa do que recuperar e intensificar a produção numa área degradada. Ele não paga a terra, não assina a carteira, não paga multas e tem sempre algum político para protegê-lo.

17. Temos que inverter este quadro, combatendo a impunidade, impedindo que criminosos ambientais enriqueçam com o produto de atos ilícitos (com leilões de boi e madeira pirata) e criar apoio técnico, econômico e um marco legal que incentivem a

recuperação de áreas degradadas, base para o desmatamento zero. Isto só avançará com regularização fundiária de todas as terras da Amazônia, que o governo Lula pretende concluir em três anos, a finalização do ZEE e a implementação do PAS. Pela defesa da Amazônia, de sua população e do clima do Planeta.

Carlos Minc - Ministro do Meio Ambiente

O preço da floresta: até R\$226 por hectare - Roberta Jansen – O Globo – 10/02/2009

Deter as queimadas nas florestas é fundamental para reduzir as emissões de CO₂ - o principal gás do efeito estufa - liberadas em grande quantidade na queima. Para além disso, manter a mata de pé também representa um ganho em termos de combate ao aquecimento do planeta, uma vez que a vegetação retém carbono. Mas preservar a floresta intacta é uma moeda a ser negociada, como a redução das queimadas? Por que valor?

Um estudo do WWF acaba de determinar este montante: varia de R\$113 a R\$226 por hectare ao ano. Os dados fazem parte do trabalho "Mantendo a Floresta Amazônica em pé: uma questão de valores", encomendado pela ONG ao Instituto Copérnico, da Universidade de Utrecht, na Holanda. O valor é essencial para a nova rodada de discussões sobre o acordo climático que deverá suceder Kioto a partir de 2012, e pode beneficiar o Brasil.

O mercado de carbono - em que se pode negociar redução de emissões na forma de créditos - ainda não aceita a floresta em pé como valor negociável. Mas é praticamente certo que passará a aceitar no tratado que substituirá o de Kioto. Faltava apenas uma fórmula para mensurar o valor da floresta em pé.

E foi o próprio estabelecimento do mercado que forneceu aos pesquisadores o dado que faltava na equação: um valor para a tonelada de CO₂, que varia de US\$5 a US\$15. Já se sabia que, as árvores, dependendo de seu tipo, são capazes de reter de 80 a 200 toneladas de CO₂ por hectare.

- Estabelecer esse valor sempre foi o desafio. Agora já temos como atribuir um valor ao carbono retido ali, a partir do preço dado pelo próprio mercado - explicou o engenheiro florestal Mauro Armelin, coordenador do programa de apoio ao desenvolvimento sustentável do WWF- Brasil. - Mas o mais importante do estudo é chamar a atenção para as coisas que a floresta produz e a gente não vê, os serviços florestais. A floresta não é só madeira, ela é estoque, por exemplo, de carbono e de chuva, este último ainda não mensurável.

Segundo Mauro, ainda não dá pra estabelecer um valor total por hectare de floresta em pé - com base em todos os serviços prestados. Mas a ideia é mostrar que a mata intacta poderia remunerar muito mais o proprietário do que sua destruição, ser competitiva frente à pecuária, por exemplo, a partir da negociação no mercado de carbono.

Quatro dos cinco países que mais capturam peixes em áreas costeiras no mundo -China, Peru, Japão e Chile- receberam nota abaixo de 5,0 num estudo que avaliou o grau de adesão da pesca mundial a práticas pesqueiras sustentáveis. O levantamento, que analisou os 53 países que mais pescam no mundo (e respondem por 96% do que é retirado dos oceanos), concluiu que todos têm gestão pesqueira reprovável.

"Nenhum país teve nota maior do que 6,0 [sobre máximo de 10,0]. Portanto, se fosse em uma escola, podemos dizer que todos estariam praticamente reprovados", diz Daniela Kalikoski, geógrafa da Universidade Federal do Rio Grande e uma das autoras do trabalho, feito sob coordenação da ONG WWF. "O estudo mostra quão crítica está a questão da política pesqueira mundial."

O ranking foi feito com base na adequação dos países ao Código de Conduta para a Pesca Responsável das Nações Unidas, e aponta que a pior prática de pesca do mundo é a da Coreia do Norte (nota 0,9), país de indústria pesqueira pequena. Mas é quando se olha para as notas dos países que mais pescam que a situação para a biodiversidade marinha e para a segurança alimentar das populações ficam piores. A China, que comercializa 17,3% de tudo o que é pescado no mundo, aparece apenas em 22º lugar (nota 4,2) no ranking de responsabilidade. Dos cinco países que mais pescam no mundo, apenas os Estados Unidos tiveram uma nota "razoável": 5,8. "Em termos gerais, as notas foram dadas com base nas práticas de conservação dos recursos, fiscalização das atividades pesqueiras e na gestão socioeconômica das atividades de pesca", escreveram os autores do estudo em um artigo complementar na revista "Nature".

Arrastão nacional - Segundo Kalikoski, que estuda bastante a situação do Brasil, o país está longe de ser um exemplo, com nota 3,3. O país, porém, não tem tanto peso no mercado de pesca. Em termos de qualidade de gestão, o Brasil ocupa a 29ª posição, segundo os dados usados no estudo, que são de 1999. "Mas a ordem entre os países não tem mudado muito desde então", afirma a pesquisadora, que tem monitorado esses índices. No Brasil 80% dos recursos pesqueiros estão sendo superexplorados, diz a geógrafa. Ou seja, a retirada é muito maior do que a capacidade de reposição dos estoques. Sendo assim, em alguns anos ou décadas, vários grupos de peixes podem desaparecer do mercado brasileiro. Entre as grandes vítimas da pesca em águas nacionais estão os cações, por exemplo.

A pressão sobre o tubarão-azul, capturado pela modalidade de pesca conhecida como espinhel, é gigantesca. O pesquisador Jorge Kotas, do Cepsul (Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Sudeste e Sul), contabilizou a retirada de 35 mil indivíduos das águas do Sul do Brasil entre 1997 e 2005. Essa espécie é uma das favoritas dos pescadores por ser fácil de apanhar e ter barbatanas enormes, produto com alto valor comercial hoje, bastante procurado pelos asiáticos. Só dessa espécie, 2 milhões de exemplares são retirados do Atlântico Sul todos os anos. Kalikoski reconhece, porém, que o ranking possui algumas distorções, por ter levado em conta apenas a pesca em águas territoriais. O Japão, por exemplo, fiscaliza muito sua área

costeira, mas não é tão rígido com navios japoneses que pescam em águas internacionais.

O estudo já indica que adotar certas medidas pode ser eficaz, diz a cientista. O código de conduta da ONU, por exemplo, que hoje é de adesão voluntária, deveria ser obrigatório. "Outra coisa, além de aumentar a fiscalização, é fazer o pescador artesanal participar mais das decisões sobre a pesca."

Reter CO2 em floresta rende R\$ 226 por hectare, diz estudo – Folha de São Paulo – Ciência – 10/02/2009

Um estudo de cientistas da Universidade de Utrecht (Holanda) estima que a retenção de gases do efeito estufa por meio da preservação da Amazônia vale entre R\$ 113 e R\$ 226 por hectare de floresta ao ano. O cálculo está em um estudo divulgado ontem, que avalia diversos outros "serviços ecológicos" prestados pela região. Prevenir a erosão naquelas terras, por exemplo, poupa à economia R\$ 537 por hectare ao ano. As contas, feitas a pedido da ONG WWF, mostram que a destruição da Amazônia pode ser contida se for dado um estímulo financeiro à manutenção desses serviços ecológicos.

O relatório aborda, ainda, práticas que aceleram a destruição da floresta, como a produção não-sustentável de carne e de soja. E responsabiliza países que importam esses produtos. No caso da carne, os principais importadores são Rússia, Reino Unido e Egito. A China é o maior importador de soja e a Holanda, o segundo. "O estudo também tem o objetivo de refletir sobre o papel dos consumidores e de bancos que financiam atividades predatórias", afirma Mauro Armelin, do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável do WWF-Brasil.

Lula assina MP que acelera regularização fundiária na Amazônia – Sítio Eletrônico do MDA – 10/02/2009

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou nesta terça-feira (10), durante o Encontro Nacional com Novos Prefeitos e Prefeitas, em Brasília, Medida Provisória (MP) para acelerar a regularização fundiária na Amazônia Legal. Além de terras públicas rurais da União, a MP autoriza a doação de porções de terras públicas federais devolutas ou não-devolutas, em áreas urbanas consolidadas ou em áreas de expansão urbana, a municípios.

A [Medida Provisória](#), publicada no Diário Oficial da União (DOU) nesta quarta-feira (11), normatiza o [Programa Terra Legal](#), que tem como objetivo regularizar, nos próximos três anos, 296 mil posses rurais na Amazônia Legal, em uma área de 67,4 milhões de hectares. O processo será conduzido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em parceria com os estados da região.

Para agilizar os processos de regularização, que hoje levam cerca de cinco anos, a MP altera a legislação e simplifica o rito de titulação.

[Veja como será o processo de regularização](#)

O Terra Legal vai titular imóveis rurais de até 15 módulos fiscais (com, no máximo, 1.500 hectares) cujas posses sejam anteriores a dezembro de 2004. Em áreas de até um módulo fiscal (um módulo tem, em média, 76 hectares), a titulação será gratuita, e o processo deverá ser concluído entre 60 e 120 dias, a partir do cadastramento da posse. Posses entre um e quatro módulos fiscais terão valor diferenciado, abaixo do valor de mercado, com 20 anos para pagamento e três anos de carência. O rito é o mesmo das áreas de até um módulo.

As áreas entre quatro e 15 módulos fiscais seguem regras semelhantes no prazo de pagamento. O valor da área, no entanto, será o de mercado, descontadas as benfeitorias. Neste caso, a titulação será precedida de vistoria dos imóveis para avaliação das benfeitorias e da ancianidade da posse.

Nas três situações, será exigido o cumprimento da legislação ambiental, com a preservação de 80% da área nativa. As áreas tituladas não poderão ser vendidas dentro de um prazo de dez anos, mas servem como garantia para financiamentos junto a instituições financeiras.

Acompanhe ações do Terra Legal já definidas no [Mato Grosso](#) e no [Pará](#).

Conclusão do zoneamento em MT ainda levará meses - Patrick Cruz – Valor Econômico – Agronegócio - 09/02/2009

A regularização de áreas dedicadas à agropecuária localizadas no bioma amazônico em Mato Grosso ainda terá de esperar ao menos até o último trimestre deste ano. A votação do projeto de zoneamento econômico-ecológico no Estado está prevista apenas para outubro.

Com isso, Mato Grosso, um dos principais produtores de grãos do país - e no qual ficam 19 dos 36 municípios campeões do desmatamento da Amazônia, segundo lista elaborada pelo Ministério do Meio Ambiente em 2008 - não pode se beneficiar de forma imediata da decisão do governo de reduzir a reserva legal em propriedades rurais que ficam ao longo da BR-163. No Estado, a rodovia se estende por cerca de 750 quilômetros.

Na quinta-feira, a Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional, formada por 13 ministérios, deu o aval para que os proprietários de terras nessas áreas não precisem recompor 80%, mas 50%, das áreas de floresta degradadas. O tema seguirá agora para apreciação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que deverá apresentar seu parecer até março. Só então o projeto poderá ter a aprovação presidencial.

Embora já tenha o aval da comissão interministerial, a redução da reserva legal

precisa ser regida pelas leis de cada Estado. O Pará, por exemplo, já teve seu zoneamento econômico-ecológico aprovado pela Assembleia Legislativa e sancionado pela governadora Ana Júlia Carepa (PT). O fato de a regularização em Mato Grosso não poder ocorrer logo depois da sanção presidencial é que o novo zoneamento do estado ainda não está em vigor.

O projeto está, no momento, na fase de audiências públicas. Das 15 previstas, cinco já foram realizadas. A programação prevê a realização das outras dez até setembro, de acordo com o deputado estadual Dilceu Dal'Bosco (DEM), presidente da Comissão Especial de Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico do Estado. "Como as audiências serão realizadas até setembro, acreditamos que em outubro poderemos levar ao plenário", disse.

As discussões sobre o zoneamento em Mato Grosso, sempre polêmicas, ocorrem há pelo menos dez anos. "Esse processo começou ainda no primeiro mandato do ex-governador Dante de Oliveira", disse Amado de Oliveira Filho, coordenador do grupo de trabalho criado pela Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famato) para tratar do tema. O ex-governador, falecido em 2006, assumiu o governo mato-grossense pela primeira vez em 1995.

O Estado ainda não conclui as contas da área que, na prática, poderá ser utilizada para agricultura e pecuária com a diminuição da reserva legal de 80% para 50%. "Além das discussões nas audiências públicas, o trabalho também inclui essa matemática", afirma Oliveira Filho. No Pará, cerca de 700 mil hectares não precisarão ser replantados com árvores nativas da Amazônia.

Floresta poderá sobreviver ao aquecimento global, diz estudo – Folha de São Paulo – Ciência – 11/02/2009

A floresta amazônica pode ser menos vulnerável ao aquecimento global do que se temia, porque muitas das projeções subestimam o volume de chuvas, de acordo com um estudo de cientistas do Reino Unido.

O grupo de pesquisadores afirma que Brasil e outros países na região precisam agir para evitar um ressecamento irreversível no leste da Amazônia -área mais ameaçada pela mudança do clima, pelo desmatamento e pelas queimadas. "O regime de chuvas no leste amazônico deve mudar no século 21 num rumo que favoreça florestas sazonais em relação ao cerrado", escreveu o grupo em artigo na revista "PNAS".

As florestas sazonais têm estações secas e úmidas, enquanto a floresta tropical é permanentemente úmida. Essa mudança poderia favorecer espécies de árvores e animais diferentes das típicas regionais. O novo estudo contrasta com projeções de que a floresta amazônica pode ser totalmente substituída por uma espécie de cerrado. O meteorologista Peter Cox previu num estudo, por exemplo, que o colapso da Amazônia poderia ocorrer em 2050. A pesquisa divulgada agora afirma que todos os 19 modelos climáticos globais subestimam as chuvas na maior floresta tropical do mundo. A conclusão se deu após uma comparação dos modelos com as observações do clima ao longo do século 20. As planícies amazônicas têm uma precipitação média anual de 2.400 milímetros,

segundo o estudo. E, mesmo com redução nas chuvas, a região ainda teria umidade suficiente para sustentar uma floresta.

Contudo, segundo José Marengo, do Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), o novo estudo tem "bases fracas". "Eles assumiram uma evaporação constante de 100 milímetros por mês. Por isso, não chegaram a um extremo. Mas, com as temperaturas mais quentes e o ar mais seco, a evaporação tende a aumentar", afirma. Segundo Marengo, a savanização ganha força quando há desequilíbrio entre evaporação e precipitação.

Queimadas - Os pesquisadores examinaram também estudos de campo sobre como a Amazônia poderia reagir ao ressecamento. O estudo diz que as florestas sazonais seriam mais resistentes a eventuais secas, porém mais vulneráveis a queimadas do que as matas atuais. "A maneira fundamental de minimizar o risco de colapso da Amazônia é controlar a emissão de gases de efeito estufa no mundo, principalmente pela queima de combustíveis fósseis nos países desenvolvidos e na Ásia", afirmou Yadvinder Malhi, da Universidade de Oxford, que coordenou o estudo. *Com Reuters

Cassel: Regularização fundiária preserva o meio ambiente na Amazônia – Sítio Eletrônico do MDA – 11/02/2009

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, destacou, nesta quarta-feira (11), durante o Encontro Nacional de Novos Prefeitos e Prefeitas, o empenho do Governo Federal em promover o desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal. Como marco desse compromisso, o ministro citou a [Medida Provisória \(MP\) 458](#), publicada no Diário Oficial da União. A MP regulamenta o Terra Legal, programa do Governo Federal coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que vai regularizar 296,8 mil posses rurais de até 15 módulos fiscais na [Amazônia Legal](#). "Até ontem, o agricultor passava por uma epopeia que durava cerca de dez anos para regularizar seu lote", lembrou o ministro, destacando a simplificação do [rito de titulação](#) das posses de até 15 módulos fiscais. "A MP resolve quase 90% da situação dos posseiros da Amazônia Legal e assegura estabilidade jurídica. Por isso, a regularização fundiária é também uma política de preservação ambiental", ressaltou Cassel.

O ministro destacou que o MDA promove ações para o desenvolvimento sustentável na Amazônia desde 2004. E citou como exemplos as linhas verdes do Pronaf (Floresta, Agroecologia e ECO), que financiam projetos de silvicultura, de sistemas agroflorestais, de exploração extrativista sustentável, de produção agroecológica e de implantação, utilização e/ou recuperação de tecnologias de energia renovável. Cassel lembrou que o MDA definiu, em 2004, que seriam desenvolvidos apenas três tipos de Projetos de Assentamentos (PAs) na Amazônia: Agroextrativista, de Desenvolvimento Sustentável e Florestal. "Esses projetos sustentáveis representam hoje, no estado do Amazonas, 50% de todos os assentamentos".

O ministro participou do painel "Amazônia: Opções para a Produção Rural". Os outros palestrantes foram os ministros do Meio Ambiente, Carlos Minc, e da

Agricultura, Reinhold Stephanes, e o presidente do Banco da Amazônia, Abidias José de Sousa Júnior.

Regularização fundiária na Amazônia Legal tem garantias para o meio ambiente -
Paulenir Constâncio – Sítio Eletrônico do MMA – 11/02/2009

A MP 458, que regulamenta a situação fundiária das terras da União na Amazônia Legal, publicada nesta quarta-feira (11) no Diário Oficial da União, contemplou as reivindicações do Ministério do Meio Ambiente. A avaliação do ministro Carlos Minc é que "essa medida provisória não é apenas uma regularização fundiária. É uma regularização fundiária ambiental".

O documento assegura que só terá a propriedade definitiva da terra o posseiro que zerar o passivo ambiental. A posse é válida por dez anos e quem desmatar ou desrespeitar a reserva legal perde o direito por simples decisão administrativa. "Resumindo, descumprir a lei ambiental perdeu a terra", lembrou o ministro.

Para ele, sem o dispositivo que dá a garantia ambiental à regularização fundiária, a MP equivaleria a uma autorização para o uso das motosserras na floresta. "Quem é que iria garantir que assim que recebesse o título de posse, o cidadão não iria partir para o desmatamento imediatamente", questiona.

Segundo ele, a lei assegura, também, as áreas protegidas. Ficaram fora da possibilidade de regularização terras ocupadas ilegalmente em Áreas de Proteção Permanente, áreas indígenas demarcadas ou não e florestas nacionais.

A medida prevê, ainda, que as terras regularizadas serão monitoradas por um sistema informatizado para assegurar que estão respeitando as regras estabelecidas. O título de posse ou direito real de uso não poderá ser vendido ou transferido para terceiros. O ministro salientou ainda que não existe política ambiental, nem qualquer política pública sem uma regularização fundiária .

No período em que tiver a posse da terra o ocupante deverá providenciar a recuperação do passivo ambiental, pois ao final dos 10 anos poderá perder a posse se isso não acontecer. Os órgãos ambientais se encarregarão de fiscalizar o uso que o posseiro está dando à terra e se forem descumpridas as normas quando o período chegar ao fim o ocupante terá que devolver a propriedade. "Se quiser vender, ou doar, terá que provar a recuperação do passivo ambiental", salientou Minc.

Pela medida, podem ser regularizadas terras devolutas em áreas declaradas de interesse à segurança e ao desenvolvimento nacionais, remanescentes de núcleos de colonização e projetos de reforma agrária que não tiverem perdido a vocação agrícola e as registradas pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Serão regularizadas as ocupações de áreas de até 15 módulos fiscais e não superiores a 1,5 mil hectares, respeitada a fração mínima de parcelamento.

Stephanes diz ter projeto para reduzir a zero danos da pecuária – Folha de São Paulo – Brasil – 12/02/2009

O ministro Reinhold Stephanes (Agricultura) afirmou ontem, no encontro de prefeitos, que tem um projeto para reduzir a zero o desmatamento causado pela pecuária na Amazônia. "Estou até tornando público isso. É um projeto muito restrito. Poucas pessoas sabem."

No evento, Stephanes esteve ao lado de seu colega Carlos Minc (Meio Ambiente), com quem tem divergências sobre mudanças no Código Florestal. Os dois fizeram palestras para cerca de 50 prefeitos, mas não falaram sobre o código. "A nossa meta é reduzir a zero o desmatamento em virtude do avanço da pecuária. Não faz nenhum sentido, na nossa visão, que se desmatem 5.000 hectares para botar 5.000 bois e gerar três empregos", disse Stephanes. Minc afirmou que haverá um pacto com frigoríficos para que eles não comprem bois criados em áreas desmatadas.

Rumo ao desmatamento zero – Carlos Minc – O Globo – Opinião – 12/02/2009

O Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE) é uma das chaves para combatermos o desmatamento, a violência, a exclusão e melhorarmos a qualidade de vida de 24 milhões de amazônidas, preservando o bioma. Empresários, ambientalistas, seringueiros clamam pela conclusão do ZEE na Amazônia. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) organizou com o IBGE, a Embrapa e a CPRM (recursos minerais) o Consórcio ZEE Brasil para apoiar os estados na elaboração dos seus zoneamentos.

Dois estados, Acre e Rondônia, já os concluíram. Outros três os enviaram às Assembléias Legislativas. No dia 6 de fevereiro o estado do Amazonas concluiu o seu ZEE que será enviado este mês ao parlamento. O Pará apresentou a lei estadual de janeiro, que aprovou o ZEE para a área de influência da BR 163 (Cuiabá-Santarém).

Essa lei não prevê qualquer aumento de desmatamento ou expansão de agropecuária em áreas preservadas.

Em duas das áreas demarcadas ao longo da BR 163, com mais de 80% de desmatamento e atividades econômicas consolidadas, o ZEE possibilita a intensificação e a legalização das atividades, mediante a recomposição da Reserva Legal, de no mínimo 50% da área, mais as APPs — áreas de preservação permanentes.

Isso implicará o reflorestamento de 1,5 milhão de hectares de matas nativas.

A comissão técnica interministerial do ZEE a recebeu, visto que não havia ilegalidades e os mapas e estudos foram apresentados, e o encaminhou ao Conama.

Note-se que essa comissão não tem poderes para flexibilizar nenhuma lei federal — só o Congresso Nacional dispõe desta prerrogativa.

Tampouco poderia vetar uma lei estadual do Pará, mas solicitar documentação indispensável ou que o governo e o parlamento sanassem vício legal, que inexistia, pois está de acordo com o Código Florestal.

Estabelecer uma regra clara, o que pode ser feito, como e onde é a base para defender a Amazônia, colocar as atividades na legalidade e intensificar as operações de combate ao crime ambiental.

O desmatamento da Amazônia (e dos outros biomas) não se enfrenta apenas com o Ibama e a Polícia Federal.

Nestes oito meses houve uma redução de 40% da área desmatada, em comparação com os mesmos meses do ano anterior; isto devido à intensificação das operações, a entrada em vigor da resolução do Banco Central que veda o crédito para quem esteja na ilegalidade fundiária ou ambiental, aos leilões do boi pirata e da madeira pirata, ao controle de alguns entroncamentos rodoviários. Mas esse resultado é precário e insuficiente.

Sem a regularização fundiária, o ordenamento territorial através do ZEE, o Fundo Amazônia, o financiamento de um modelo de desenvolvimento inclusivo e não predatório, a transformação e valorização da cadeia de produtos do extrativismo, o manejo florestal e a implementação do PAS — Plano Amazônia Sustentável, a destruição da floresta continuará. Isso representaria um atentado à biodiversidade, às populações tradicionais e às comunidades indígenas; e também o não cumprimento do Plano Nacional de Mudanças Climáticas, assinado pelo presidente Lula em dezembro, e festejado na Polônia, pelo secretáriogereral da ONU e por Al Gore como um significativo avanço da posição do Brasil, e exemplo para outros países.

Hoje é mais fácil e barato um agente desmatar a floresta nativa do que recuperar e intensificar a produção numa área degradada.

Ele não paga a terra, não assina a carteira, não paga multas e tem sempre algum político para protegê-lo.

Temos de inverter esse quadro, combatendo a impunidade, impedindo que criminosos ambientais enriqueçam com o produto de atos ilícitos (com leilões de boi e madeira piratas) e criar apoio técnico, econômico e um marco legal que incentivem a recuperação de áreas degradadas, base para o desmatamento zero. Isso só avançará com regularização fundiária de todas as terras da Amazônia, que o governo Lula pretende concluir em três anos, a finalização do ZEE e a implementação do PAS. Pela defesa da Amazônia, de sua população e do clima do planeta. *CARLOS MINC é ministro do Meio Ambiente.

Assentamentos ficam em segundo plano na Amazônia – Eduardo Escolese – Folha de São Paulo – Brasil – 13/02/2009

A determinação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de priorizar a regularização fundiária deixou em segundo plano a reforma agrária na Amazônia Legal, onde está concentrada a maioria das famílias assentadas na gestão petista. Uma série de fatores contribuiu para isso, como o deslocamento de 350 servidores do Incra para uma nova diretoria do Ministério do Desenvolvimento Agrário, criada para, em três anos, coordenar o processo de regularização de posse de ao menos 295 mil famílias.

"A maioria desses servidores, focados na regularização, vai deixar de fazer os serviços de agronomia, cartografia e topografia para a criação de assentamentos", diz José Vaz Parente, diretor da associação nacional de servidores do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Os servidores do órgão ficarão cedidos ao ministério por ao menos cinco anos, segundo medida provisória publicada anteontem no "Diário Oficial" da União.

Essa corrida pela regularização já mudou a rotina no órgão. Os superintendentes regionais, por exemplo, ainda não têm em mãos as metas de assentamentos, ao contrário de 2008. O orçamento do Incra prevê assentar 100 mil famílias neste ano, o mesmo do ano passado, quando foram beneficiadas 70 mil.

A partir de agora, ao encontrar posseiros na Amazônia, superintendentes devem regularizar a posse de cada um, e não criar um projeto de assentamento. No segundo caso, o prazo é demorado e traz muitas obrigações ao governo, como repasse de créditos e montagem de infraestrutura básica. O ministro Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário) declarou que o processo na Amazônia "estava deformado". "No geral, o correto seria a regularização fundiária vir na frente. O processo estava deformado. Agora primeiramente virá a regularização, com assentamentos num plano secundário."

A queda no ritmo de assentamentos na região tende a afetar o volume de beneficiados pela reforma agrária. Isso porque, das 519,1 mil famílias que o governo diz ter assentado de 2003 a 2008, 68% delas estão na Amazônia Legal (Estados do Norte, MT e parte do MA). "A regularização fundiária é importante, mas não desconcentra a terra. Ela não pode sacrificar o processo de reforma agrária", diz Marina dos Santos, da direção do MST.

Lula, porém, tem uma carta na manga para compensar esse efeito. Pode autorizar os ministros Cassel e Reinhold Stephanes (Agricultura) a tirar da gaveta a portaria que atualiza índices de produtividade usados na vistoria de imóveis rurais passíveis de desapropriação, o que facilitaria a criação de assentamentos no Sul e Sudeste. Para concentrar suas forças na regularização, há ainda motivação política no Desenvolvimento Agrário. Ao manter essa tarefa sob seu comando, Cassel venceu o colega Mangabeira Unger (Assuntos Estratégicos), que alegou a ineficiência do Incra e propôs a Lula criação de agência ligada à Presidência. Segundo o Desenvolvimento Agrário, não haverá conflito orçamentário entre regularização e assentamentos -foram injetados cerca de R\$ 260 milhões só para a regularização.

Minc anuncia pacote de bondades para municípios que mais desmatam – Bernardo Mello Franco – O Globo – O País – 13/02/2009

BRASÍLIA. O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, anunciou ontem um pacote de bondades para os 36 municípios que mais desmatam a Amazônia.

Num encontro com prefeitos da região, afirmou que irá abrir os cofres do Fundo Amazônia para financiar projetos ecologicamente corretos que reduzam a pressão sobre a floresta. Em três horas de debate, Minc ouviu protestos contra ações do Ibama e da PF para conter as derrubadas.

E foi aplaudido ao dizer que levará os prefeitos para uma reunião com o presidente Lula, em março, e defenderá a municipalização dos licenciamentos ambientais de médio porte.

Apesar do apelo pela cooperação dos prefeitos, o ministro não conseguiu atrair nem metade deles para o encontro. Dos 36, só 14 compareceram, e três mandaram representantes.

Minc prometeu ceder técnicos para ajudá-los a elaborar projetos para captar doações internacionais ao Fundo Amazônia — lançado em agosto de 2008, mas ainda não liberou nenhum centavo.

Segundo Minc, o dinheiro deve começar a sair em abril: — Mas tem que ter projeto. O BNDES não vai pegar o dinheiro da Noruega e dar para não-sei-onde sem projeto.

Diante de uma plateia hostil ao Ibama, Minc também agradou ao defender que a responsabilidade pelos licenciamentos ambientais de pequeno e médio porte seja transferida do órgão federal para as prefeituras: — Sou municipalista. Não tem sentido licenciarmos usina no Madeira e posto de gasolina.

A ideia, no entanto, esbarra na realidade relatada pelos prefeitos, que traçaram um retrato de penúria dos órgãos ambientais municipais.

— Na minha cidade, o único funcionário da Secretaria de Meio Ambiente é o secretário — contou o paraense Gil Ribeiro, de Santana do Araguaia.

— Queremos zerar o desmatamento, mas precisamos de ajuda.

Não tenho nem carro na prefeitura — emendou Naftaly Calixto (PMDB), de Vila Rica (MT).

Perguntado sobre os problemas, Minc disse que fará exigências antes de transferir os licenciamentos.

Afirmou que atualizará a lista dos maiores desmatadores, que tem 36 cidades de Mato Grosso Pará, Rondônia e Amazonas. Segundo ele, a nova relação incluirá o Maranhão.

Desde a gestão da ex-ministra Marina Silva, as cidades da lista enfrentam restrições de crédito e embargo a novas derrubadas.

Apesar das medidas, dados do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe) mostram que em 2008 o desmatamento cresceu em 13 dos municípios, caiu em 23 e ficou estável em um.

O encontro teve cenas pitorescas, como a sugestão de um dos prefeitos de que o ministério bancasse o almoço. O prefeito de Marcelândia, Adalberto Diamante (PR), disse que os dados que apontaram crescimento das derrubadas na sua cidade estavam errados. Minc brincou: — Não sei se essa palavra existe, mas tenho que desconcordar.

A desgraça é essa mesma que está aí.

Selo verde para florestas emperra no país – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Brasil – 15/02/2009

Nenhuma floresta nativa no Brasil ganhou o selo verde mais reconhecido do mundo, o FSC (Conselho de Manejo Florestal), em 2008. A certificação florestal no país teve curva ascendente até 2005. Depois disso, no entanto, entrou em queda, até chegar ao menor patamar desde 2000.

Os dados vão na contramão da intenção do governo de reduzir o desmatamento da Amazônia em 70% até 2018. Não é possível dizer que somente as áreas com selo FSC explorarão adequadamente a floresta. A certificação, porém, ainda é a maior garantia de que a madeira extraída na área é oriunda de um processo sustentável, que cumpre todas as leis vigentes. Essa certeza é obtida por meio de auditorias. Segundo empresários e engenheiros florestais ouvidos pela Folha, há vários motivos para o declínio da certificação no país. O primeiro da lista é a falta de regularização fundiária na Amazônia -boa parte das áreas privadas não têm documentação completa, o que impede a aprovação de planos de manejo e posterior certificação.

Para Johan Zweede, diretor-executivo do IFT (Instituto Floresta Tropical), muitos empresários se animaram anos atrás a tentar obter o selo. Ele diz, porém, que em 2005, quando começaram ações mais intensivas para coibir a madeira ilegal, os que

possuíam certificado foram tratados da mesma forma que os ilegais. "Isso desestimulou o empresariado." Tanto os empresários quanto o IFT ressaltam que o Banco da Amazônia, apesar de ter uma linha de financiamento para projetos de manejo sustentável, apoiou somente uma iniciativa até hoje. "Os bancos estão acostumados a trabalhar com agropecuária, mas não sabem lidar com floresta", diz Marco Lentini, do IFT.

Idacir Peracchi, dono da Juruá Florestal, afirma que os empresários esbarram "sempre na falta de áreas documentadas e na inércia do governo". Ele possui duas áreas certificadas até agora e deve ganhar o selo verde em mais duas áreas neste ano no Pará. A primeira área florestal brasileira certificada, em 1997, tinha aproximadamente 123 mil hectares. Agora, existem 2,8 milhões de hectares com selo -o equivalente ao território do Haiti, por exemplo. Entidades da Amazônia e empresários dizem que o número de certificações só aumentará o crescimento da concessão (ou aluguel) de florestas públicas. A primeira ocorreu no ano passado e permitiu a exploração da Floresta Nacional do Jamari (RO) por três empresas.

De acordo com Tasso Azevedo, diretor-geral do SFB (Serviço Florestal Brasileiro), a meta é ter, até o próximo ano, 4 milhões de hectares em processo de concessão florestal. Manoel Pereira Dias, presidente da empresa Cikel e da Aimex (Associação das Empresas Exportadoras de Madeira do Estado do Pará) afirma que a valorização do produto aumenta com a certificação. "Acabamos de voltar da feira e ficou claro que há uma procura muito grande por produtos certificados, porque dão garantia do marco legal", diz. Segundo Zweede, alguns países europeus, como a Alemanha, preferem e pagam mais pela madeira certificada.

CUSTOS POR ÁREA AUDITADA PODEM PASSAR DE R\$ 100 MIL - Folha de São Paulo – Brasil – 15/02/2009

Das cinco certificadoras que podem atuar no Brasil, quatro são empresas e uma é a ONG Imaflora, com sede em Piracicaba (interior de SP). De acordo com Leonardo Sobral, coordenador da ONG, a auditoria completa pode custar entre R\$ 50 mil e R\$ 100 mil. O tamanho do empreendimento e o número de auditores também influenciam no cálculo. Para Johan Zweede, do IFT, "o maior custo da certificação é o de legalizar a produção".

Minc proporrá mudança de metas de Kioto – O Globo – Editorial – 16/02/2009

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, embarca hoje para Nairobi, no Quênia, para um encontro do Pnuma, Projeto das Nações Unidas para o Meio Ambiente, levando duas sondagens de projetos para a revisão das metas de redução de emissão de dióxido de carbono (CO2) estabelecidas pelos países desenvolvidos no Protocolo de

Kioto e a ampliação do Fundo Amazônia para outros países que abrigam boa parte das florestas do mundo.

- É importante frisar que não são propostas oficiais ainda, mas ideias que estamos discutindo com ministérios como o da Ciência e Tecnologia e com o Itamarati - explica Minc.

Maior comprometimento dos países subdesenvolvidos

A primeira proposta é estabelecer compromisso com os países desenvolvidos para que estes aumentem suas metas de redução de CO2 propostas até 2012 (cerca de 20% com relação a 1990) de acordo com o comprometimento do bloco dos subdesenvolvidos. A segunda é estabelecer um valor por hectare para um fundo global de incentivo ao combate ao desmatamento.

- Assim como recebemos investimentos por ações pela diminuição da destruição da Amazônia, países que têm destruição zero, também devem receber para manter esta situação. Em contraponto a isso, países que não tiverem políticas eficientes de controle devem receber menos incentivos.

Minc proporrá mudança de metas de Kioto – O Globo – O País – 16/02/2009

Ele levará propostas para fórum de meio ambiente em Nairobi

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, embarca hoje para Nairobi, no Quênia, para um encontro do Pnuma, Projeto das Nações Unidas para o Meio Ambiente, levando duas sondagens de projetos para a revisão das metas de redução de emissão de dióxido de carbono (CO2) estabelecidas pelos países desenvolvidos no Protocolo de Kioto e a ampliação do Fundo Amazônia para outros países que abrigam boa parte das florestas do mundo.

— É importante frisar que não são propostas oficiais ainda, mas ideias que estamos discutindo com ministérios como o da Ciência e Tecnologia e com o Itamarati — explica Minc.

Maior comprometimento dos países subdesenvolvidos - A primeira proposta é estabelecer compromisso com os países desenvolvidos para que estes aumentem suas metas de redução de CO2 propostas até 2012 (cerca de 20% com relação a 1990) de acordo com o comprometimento do bloco dos subdesenvolvidos.

A segunda é estabelecer um valor por hectare para um fundo global de incentivo ao combate ao desmatamento.

— Assim como recebemos investimentos por ações pela diminuição da destruição da Amazônia, países que têm destruição zero, também devem receber para manter esta situação.

Em contraponto a isso, países que não tiverem políticas eficientes de controle devem receber menos incentivos.

Mudanças climáticas e São Paulo – Xico Graziano e Fernando Rei – Folha de São Paulo – Tendências e Debates – 17/02/2009

MENSURÁVEIS, reportáveis e verificáveis. Assim recomenda a Convenção do Clima da Organização das Nações Unidas sobre como devem ser as medidas governamentais para enfrentar mudanças climáticas. São Paulo concorda. E mais. Quer liderar esse processo. Com tal propósito, o governo estadual acaba de enviar para a

Assembleia Legislativa a Pemic (Política Estadual de Mudanças Climáticas). Nela são estabelecidos os princípios, os objetivos e os instrumentos de aplicação, para que as ações de governo sejam efetivas e eficazes. Uma política com compromissos. O planeta é um só. A contribuição histórica dos países desenvolvidos no aquecimento global não pode postergar ações vigorosas por parte das demais regiões do mundo. A posição brasileira anda tímida e temerosa.

Apenas agora, com o radicalismo do ministro Carlos Minc (Meio Ambiente), o governo federal esboça sair da exagerada cautela. O desmatamento da Amazônia, porém, continua entupindo a atmosfera de gases-estufa. Animam-se os ambientalistas mundiais com o posicionamento do presidente Obama. Os EUA, que botavam freio nessa batalha, agora aceleram as mudanças.

Aumenta a pressão sobre os países em desenvolvimento para que assumam sua responsabilidade. Nesse cenário, São Paulo puxa a fila, mostrando que os governos regionais também devem participar da governança climática global. A Pemic pretende reduzir ou estabilizar a concentração dos GEE (gases de efeito estufa) na atmosfera, atingindo nível seguro para garantir o desenvolvimento sustentável. O Poder Executivo, por meio da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e da Cetesb (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental), se obriga a finalizar, até dezembro de 2010, o inventário das emissões paulistas de GEE.

Tal inventário definirá a base para o estabelecimento de metas, globais ou setoriais, pelo Estado. Até lá, o setor energético adotará a meta de redução, para 2020, de 20% das suas emissões de dióxido de carbono. Isso exige limpar, ainda mais, a matriz energética paulista. Atualmente, estima-se que 41% do consumo de energia advenha de fontes renováveis. O cumprimento da meta de redução exige um acréscimo de 10% na oferta de energia não-poluente. Etanol e bioeletricidade são agendas da sustentabilidade.

São Paulo assume, com coragem, o compromisso de combater a poluente energia derivada do fóssil -e finito- petróleo. Aqui entra a agenda do transporte sustentável. A proposta relaciona um conjunto de medidas para enfrentar o péssimo costume do uso individual do automóvel.

A começar do imprescindível investimento público em transporte coletivo. A legislação proposta pelo governo Serra estabelece, ainda, a necessidade da chamada Comunicação Estadual, com prazo até 2010. Seguindo o rumo da legislação internacional, o documento trará ao público todas as informações e ações estratégicas propostas para enfrentar as terríveis consequências das alterações globais do clima da Terra. Transparência total. Haverá a participação da sociedade. O Fórum Paulista de Mudanças Climáticas, assegurado na lei, garante a presença de amplos setores - ambientalistas, empresariais, universitários- nas discussões. Nada será fácil. A população precisa de empregos. Sem renda não se melhora a qualidade de vida. Mas aqui reside o fundamental: chega de expandir a economia lançando notas promissórias contra o futuro. A Pemic representa uma inquestionável -e voluntária- colaboração paulista ao novo regime internacional que se anuncia nas discussões do chamado pós-Kyoto, exigindo metas de redução dos países emergentes.

A natureza global da mudança do clima requer maior cooperação internacional, conforme o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, das nações e

regiões de governo. São Paulo já atua nesse campo, desempenhando relevante papel "paradiplomático" como copresidente da Rede de Governos Regionais para o Desenvolvimento Sustentável -nrg4SD, uma espécie de Organização das Nações Unidas paralela, que aglutina interesses de mais de 500 regiões, Estados ou províncias independentes dos cinco continentes.

Alguns descreem do aquecimento global. Outros se utilizam da agenda para fazer oposição. Faz parte da política. São Paulo, porém, não pode desviar o foco do assunto principal: enfrentar o desafio das mudanças climáticas. Uma boa lição de casa.

***FRANCISCO GRAZIANO NETO** , o Xico Graziano, engenheiro agrônomo, é secretário estadual do Meio Ambiente de São Paulo. Foi presidente do Inkra (1995), secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (governo Covas) e chefe do gabinete pessoal da Presidência da República (gestão FHC). **FERNANDO REI** , advogado, fez doutorado em direito internacional pela Universidade de São Paulo. É professor titular do Centro Universitário Senac e diretor-presidente da Cetesb (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental do Estado de São Paulo).

ONU pede "New Deal Verde" contra aquecimento global – Folha de São Paulo – Ciência – 17/02/2009

Os líderes mundiais que se encontrarão em Londres em abril para a cúpula do G20, o grupo das 20 principais economias do mundo, deveriam lançar um "New Deal Verde" para lutar contra o aquecimento global e ressuscitar a combatida economia mundial em bases sustentáveis, disse ontem a ONU.

Ministros do Ambiente de mais de cem países iniciaram em Nairóbi um encontro do Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), tendo no topo da agenda a questão de como atrair atenção para temas verdes no meio da crise econômica mundial.

O Pnuma diz que esforços políticos para afastar a mudança climática falharam e que o mundo deve aprender com a resposta do presidente americano Franklin Roosevelt à Grande Depressão. "A mudança climática bem pode ser um acontecimento mais importante do que aquilo que está acontecendo em Wall Street", disse Achim Steiner, diretor-executivo do Pnuma. Segundo ele, socorros bilionários a bancos foram mobilizados em semanas, mas a resposta à mudança climática tem sido letárgica. "Devemos nos assegurar de que trilhões de dólares não sejam gastos por esta geração para salvar sua economia hoje sem nenhuma resposta sobre o que a próxima geração, que terá de pagar a conta, fará em termos de empregos no futuro."

Um estudo que monitorou os tipos de nuvens que cobrem a floresta amazônica mostra que o desmatamento parece estar causando tanto alterações na terra quanto no céu. Usando imagens de satélites e dados obtidos por balões meteorológicos, cientistas brasileiros e norte-americanos comprovaram a teoria de que a derrubada de árvores favorece a formação de nuvens "rasas", em contraposição a nuvens "profundas", mais chuvosas.

A conclusão ocorreu após análise de imagens e informações de Rondônia. O novo estudo ajuda a explicar por que o desmatamento faz a floresta ficar mais seca e corrobora com os estudos que preveem a conversão da Amazônia em savana. "No momento em que temos uma floresta que retém bastante água, temos um ciclo da água, um ciclo de energia. Quando retiramos a floresta e a cobertura vegetal, mudamos esse ciclo. Certamente vai se criar outro cenário climático na região", afirma o meteorologista Luiz Augusto Machado, um dos autores do estudo. Ele é pesquisador do Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

O trabalho foi publicado ontem na revista "PNAS", da Academia Nacional de Ciências dos EUA. O climatologista do Inpe Carlos Nobre, que não participou da pesquisa, diz que "uma generalização destes resultados vai na direção de apoiar a hipótese de savanização". Mesmo não sendo possível afirmar ainda que isso vale para toda a Amazônia, Nobre diz que os resultados "são fisicamente consistentes e indicam que as chuvas poderiam diminuir com o aumento do desmatamento". Segundo Machado, a brasileira Elen Cutrim foi, em 1995, uma das primeiras a descrever esse fato de forma empírica e artesanal. "Agora, comprovamos com uma longa série de dados o estudo dela", disse.

Rafael Bras, da Universidade da Califórnia em Irvine, coautor do estudo, explicou o fenômeno em e-mail para a **Folha**. Segundo ele, nuvens rasas sobre desmatamentos ocorrem por mudanças na convecção, o movimento de massa de ar por diferença de calor -mesmo princípio físico que faz um balão de ar quente subir.

Oceano verde - "Se a região de desmatamento aumentar, a intensidade desta circulação pode diminuir e, mais importante, ficar mais seca e limitar o desenvolvimento de precipitação sobre a floresta", diz Bras. "No artigo, nós chamamos isso de "efeito do oceano verde"."

Para ele, a floresta funciona como um oceano fornecendo vapor d'água para alimentar nuvens profundas. "Se o "oceano" desaparecer, o vapor d'água, a energia e a precipitação também desaparecem", diz. Jingfeng Wang, coautor do estudo ligado ao MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts), diz que o tamanho e forma da terra desmatada influenciam na possibilidade de recuperação da floresta. "O que não sabemos é quanto desmatamento é demais para que o "oceano verde" entre em colapso e suma para sempre", diz.

Enio Pereira de Souza, professor da Universidade Federal de Campina Grande, diz que o estudo confirma resultados de pesquisa que ele realizou há dez anos. Ele é ex-

colaborador de Nilton Rennó, da Universidade do Arizona, um dos autores do estudo na "PNAS". Souza conta que, na época, os estudos que indicavam o aumento das nuvens rasas sobre regiões desmatadas não eram muito aceitos por falta de provas. Segundo ele, sempre se deu mais importância às nuvens profundas. Mas agora, diz, o mapeamento das nuvens rasas se tornou "central na compreensão de todo esse mecanismo ligado à troca de energia entre a superfície e a atmosfera e como isso se relaciona com o clima global e eventos extremos de precipitação".

Mudança na chuva já ocorre na área do arco de desmatamento – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Ciência – 18/02/2009

"Na época de chuva, chove o dia todo e, na época de seca, chove todos os dias", diz a piada corrente sobre o clima da Amazônia. As mudanças vistas na floresta, porém, podem acabar fazendo com que esse trocadilho perca o significado. Segundo o meteorologista Luiz Augusto Machado, do Inpe, em muitos lugares do chamado arco de desmatamento (no sul e no leste da Amazônia) chuvas já não são tão constantes. "Do ponto de vista climático, a região do arco de desflorestamento já apresenta uma característica de clima de savana, isto é, com períodos de seca e chuva bem marcados e com o período de seca com muitos dias sem chuva", afirma. Segundo ele, ainda não é possível dizer o que tem mais peso na savanização -se a mudança climática ou o desmatamento. "É muito difícil separar essas duas componentes."

Ainda há controvérsia sobre a savanização da Amazônia. O meteorologista Peter Cox já previu que o colapso da floresta poderia ocorrer em 2050. Mas, neste mês, outro trabalho afirma que ela pode ser menos vulnerável ao aquecimento global do que se temia. O estudo diz que, mesmo com redução nas chuvas, haveria umidade para sustentar uma floresta. **(AB)**

CPT manifesta indignação contra fechamento de escola – Sítio eletrônico da CPT – 18/02/2009

Medida do MPE do Rio Grande do Sul de fechar escola itinerante em um acampamento do MST gerou reações dos dois lados. A Comissão Pastoral da Terra divulgou nota (abaixo) se posicionando contra a decisão. O promotor Gilberto Thums deu entrevista ao jornal Zero Hora, em que ataca a CPT.

Em entrevista para o jornal Zero Hora de quinta-feira (19/02) o promotor diz que: " Pode vir qualquer padeco falar o que quiser, mas não podemos permitir que se use dinheiro público para pagar professor que é indicado e finge dar aula. Querem dar um ensino à Fidel Castro, e isso não é possível."

O bispo dom Xavier Gilles, presidente nacional da CPT, diz que " Isso é um escândalo, um desrespeito com a cultura dos meninos e das meninas dos acampamentos, que agora ficarão sem estudar ou estudarão em condições difíceis". Confira abaixo a nota da organização.

Terrorismo cultural no Rio Grande do Sul: fechamento de escolas em Acampamentos - A Coordenação Nacional da CPT vem a público manifestar sua

inconformidade e indignação contra a determinação do Ministério Público Estadual e do Governo do Rio Grande do Sul de fechamento da Escola Itinerante do MST, no acampamento Oziel Alves, município de Sarandi, que atendia 130 crianças. A medida nefasta, a primeira entre outras que se seguirão, é um verdadeiro terrorismo cultural, pois a alternativa que se oferece às crianças é ficarem sem aula ou passarem o dia todo fora de casa, parte nos transportes precários, parte em escolas urbanas estranhas à sua cultura.

Por trás desta decisão está a ofensiva do Ministério Público Estadual do Rio Grande do Sul, com o respaldo do Governo de Yeda Crusius, que querem colocar em execução a estratégia de dissolver o MST. Como fartamente foi noticiado em meados do ano passado. O Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, por unanimidade, aprovou relatório que propunha “ação civil pública com vistas à dissolução do MST e declaração de sua ilegalidade (...)” e ainda “intervenção nas escolas do MST” para sua “readequação à legalidade, tanto no aspecto pedagógico quanto na estrutura de influência externa do MST “ pois “as bases pedagógicas veiculadas nas escolas mantidas ou geridas pelo MST são nitidamente contrárias aos princípios contidos na Constituição Federal”.

Diante das reações que tamanhas barbaridades provocaram, o Conselho recuou. Nas atas de suas reuniões de 7 de abril e de 30 de junho de 2008 decidiram retificar a famigerada ata de dezembro de 2007 asseverando “que tudo não passou de um equívoco, tudo que constou na ata não foi aprovado”. Contradizendo, porém, estas afirmações, alguns promotores firmaram, em 28 de novembro de 2008, com o governo do Estado, sem conhecimento e participação dos pais, educandos e da escola-base, onde as crianças estão matriculadas, um Termo de Ajustamento de Conduta em que o Estado assume a obrigação de, na prática, acabar com as Escolas Itinerantes dos acampamentos do MST. A concretização disso se iniciou no dia 10 de fevereiro com o fechamento da escola do acampamento Oziel Alves.

O que são as escolas itinerantes - As Escolas Itinerantes são uma experiência pioneira do MST para garantir a educação escolar para as crianças e adolescentes dos seus acampamentos, amparada nos direitos sociais inscritos na Constituição Federal de 1988, e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, e nas Diretrizes Operacionais para Escolas do Campo, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação em 2002.

Em 1996, o Rio Grande do Sul foi o primeiro estado a apoiar tal iniciativa e as aulas, ministradas nos acampamentos, passaram a ter o amparo legal garantindo aos educandos a continuidade dos estudos em qualquer lugar onde ocorressem. Os estudantes são matriculados numa escola-base, e participam das aulas em seu acampamento. A experiência gaúcha se espalhou por diversos estados do Brasil e foi premiada com o Prêmio Educação, do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul.

Diante de tamanho despudor, hipocrisia e desfaçatez de integrantes do MPE e do governo do Estado nossa indignação não se contém e bem lhe podemos aplicar a indignação do próprio Jesus diante dos doutores da lei e dos fariseus: “Serpentes, raça de víboras” (Mt 23,33) vocês destilam seu veneno contra os indefesos, e se locupletam na mesa dos poderosos. Vocês que, por determinação constitucional, deveriam defender os direitos dos fracos prostituem-se e adulteram com aqueles que secularmente vivem da exploração dos pobres.

Goiânia, 18 de fevereiro de 2009.

Dom Xavier Gille

Bispo de Viana, M

Presidente da Comissão Pastoral da Terra

O Ministério Público Estadual e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul voltaram a criminalizar o Movimento Sem Terra e iniciaram o fechamento de todas as escolas itinerantes em acampamentos gaúchos. No dia 10 de fevereiro, a escola do acampamento de Sarandi, que atendia 130 crianças, foi fechada por determinação do MPE e do Governo do Estado. Segundo o Ministério Público, a decisão foi tomada com base em um Termo de Ajuste de Conduta – TAC, assinado pela instituição e pelo Governo do Estado.

O Termo de Ajuste de Conduta foi assinado sem conhecimento ou a participação dos outros entes interessados: pais, educandos e a escola-base, onde as crianças estão matriculadas. O TAC também ignora e desrespeita as Diretrizes Operacionais para Escolas do Campo, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação em 2002, baseada na Lei de Diretrizes Básicas da Educação/LDB de 1996.

O Rio Grande do Sul foi o primeiro estado do Brasil a reconhecer e regulamentar as Escolas Itinerantes, através de parecer do Conselho Estadual de Educação em 19 de novembro de 1996. A experiência gaúcha permitiu a instalação de escolas em acampamentos em diversos estados, como Sergipe, Paraná, Bahia, entre outros.

A decisão do MPE e da Governadora Yeda Crusius retoma a decisão do Ministério Público, publicada em ata em dezembro de 2007, em “extinguir” o MST. O fechamento das escolas era uma das medidas previstas pela ata do MPE. No ano passado, com a denúncia pública da ata, o MPE alterou duas vezes o conteúdo da decisão e declararam rever a decisão. O MST teme que o Governo do Estado e o MPE reiniciem as ações ilegais de criminalização elaboradas pelas duas instituições, tais como impedir que os trabalhadores rurais possuam título de eleitor, que sejam impedidos de realizarem reuniões ou manifestações.

Confira abaixo texto de Leandro Scalabrin, membro da comissão de direitos humanos OAB de Passo Fundo, que contextualiza a decisão do Conselho Superior do Ministério Público.

FUNDAMENTALISMO DE DIREITA FECHA ESCOLAS ITINERANTES DO MST E DEIXA 310 CRIANÇAS SEM EDUCAÇÃO

O Ministério Público Estadual do Rio Grande do Sul, através de uma decisão de seu Conselho Superior (CSMP), decidiu colher dados e produzir um relatório (elaborado pelos Promotores Luciano de Faria Brasil e Fábio Roque Sbardelotto) sobre a atuação do MST no Rio Grande do Sul (processo nº 16.315-0900/07-9). O Conselho Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul em Ata no 1.116, de 03/12/2007, decidiu "que o referido expediente tem caráter confidencial...", e aprovou o voto e os encaminhamentos propostos pelo procurador e Conselheiro Gilberto Thums, com as seguintes recomendações:

1. [...]designar uma equipe de Promotores de Justiça para promover ação civil pública com vistas à dissolução do MST e a declaração de sua ilegalidade. ...

2. [...] **o voto é pela intervenção do Ministério Público nas três 'escolas' referidas a fim de tomar todas as medidas que serão necessárias para a readequação à legalidade, tanto no aspecto pedagógico quanto na estrutura de influência externa do MST [...]. Sugere-se sejam tomadas medidas para, se necessário, ocorrer o ajuizamento de ações civis públicas com vista à proteção da infância e juventude em relação às bases pedagógicas veiculadas nas escolas mantidas ou geridas pelo MST, nitidamente contrárias aos princípios contidos na**

Constituição Federal e que embasam o Estado Democrático de Direito. Da mesma forma, sugere-se a tomada de medidas judiciais, se necessário, para impedir a presença de crianças e adolescentes em acampamentos, assim como em marchas, colunas ou outros deslocamentos em massa de sem-terras, tendo em vista serem ambientes notoriamente inadequados para pessoas em processo de desenvolvimento. [...] [Grifos nossos]

3. [...] voto pela necessidade de desativação dos acampamentos situados nas proximidades da Fazenda Coqueiros...

4. [...] sugere-se sejam investigados os assentamentos promovidos pelo INCRA ou pelo Estado do Rio Grande do Sul, de forma a verificar se a propriedade rural, nessas áreas, cumpre sua função social.

5. [...] "realização de investigação eleitoral nas localidades em que se situam os acampamentos controlados pelo MST, examinando-se a existência de condutas tendentes ao desequilíbrio deliberado da situação eleitoral local.

6. [...] "formulação de uma política oficial do Ministério Público, com discriminação de tarefas concretas, com a finalidade de proteção da legalidade no campo. Este órgão do Ministério Público deve ser especialmente destacado para a atividade, seja na Assessoria do Procurador-Geral de Justiça, sejam com a implementação de Promotoria de Justiça Especializada em Conflitos Agrários. [...] [Grifos no original]

Para dar cumprimento às decisões o CSMP designou os Promotores de Justiça Luís Felipe de Aguiar Tesheiner e Benhur Biancon Junior, que, em 11 e 17 de junho de 2008, ingressaram com quatro ações civis públicas: uma delas na Comarca de Carazinho, contra integrantes do MST nos acampamentos Jandir e Serraria, ambos localizados próximos à Fazenda Guerra, em Coqueiros do Sul, RS, e mais seis pessoas físicas e uma jurídica (para despejar os dois acampamentos); as outras três, nas comarcas de São Gabriel, Canoas e Pedro Osório contra o MST[1] e "demais sem terra e integrantes de movimentos sociais de contestação no campo" para que se abstenham de se aproximar, através de marchas, colunas ou outros deslocamentos em massa de sem-terra e demais integrantes de movimentos sociais, [...] a uma distância inferior a dois quilômetros dos limites territoriais [...] da Fazenda Southall (13.267 hectares), da Fazenda Granja Nenê (1.246 hectares) e da Fazenda Palma (3.029 hectares).

Após ter sido denunciado publicamente o teor desta deliberação, o CSMP esclareceu que em 07 de abril de 2008 reuniu-se em nova sessão, solicitou informações sobre o cumprimento das medidas aprovadas, quando seus membros manifestaram "total apoio aos Promotores de Justiça designados por tratar de tema de segurança pública" e ao final, decidiram por desclassificar o processo administrativo quanto a seu caráter sigiloso e retificar a ata de 3 de dezembro de 2007, para suprimir a determinação anterior de ajuizamento de ação civil pública para dissolução do MST e a declaração sua ilegalidade. Tamanha foi a repercussão e reação dos setores democráticos da sociedade brasileira, inclusive do próprio Ministério Público do RS, que em 30 de junho de 2008, em nova reunião do CSMP, houve nova retificação da ata, onde constou que tudo não passou de um equívoco, tudo que constou na ata não foi aprovado, fazendo constar que a deliberação do conselho teria sido somente a de designar "Promotores de Justiça para conhecer do expediente e levar a efeito as medidas legais cabíveis" e não os encaminhamentos propostos pelo Procurador Thums.

Contradizendo as duas atas retificadoras, os promotores designados pelo CSMP (Luís Felipe de Aguiar Tesheiner e Benhur Biancon Junior – os mesmos que entraram com as ações contra os acampamentos) continuam atuando contra o MST[2], e nos autos do processo onde a dissolução do MST havia sido proposta (expediente n. 16.315-

0900-07-9), firmaram TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) com o governo do Estado do RS (firmado pela da Secretaria Estadual de Educação Mariza Abreu), onde este assume a obrigação de "deixar de desenvolver os Cursos Experimentais (Experiência Pedagógica) nos níveis de educação infantil – faixa etária de 4 a 6 anos, ensino fundamental e ensino fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, nas escolas dos acampados do Movimento dos Sem Terra, no Rio Grande do Sul, também denominadas de "Escolas Itinerantes", autorizados pelo Conselho Estadual de Educação do RS" (cláusula primeira), até "04 de março de 2009" (cláusula segunda), sob pena pagar multa de um salário mínimo por dia (cláusula sétima). O TAC foi firmado em 28 de novembro de 2008. No dia 10 de fevereiro de 2009, a escola itinerante do acampamento Oziel Alves, em Sarandi – RS (das famílias que foram despejadas de Coqueiros do Sul), foi a primeira escola a ser intimada da medida.

O TAC afirma que seu objetivo é garantir a todos os alunos acampados, bem como os que se agregarem ao movimento, vaga em rede de ensino público regular mais próximo ao acampamento e transporte escolar (cláusula terceira e quarta), mas na realidade, conforme afirmou o Promotor Thums, em seu voto, a ação é contra a complacência do poder público, notadamente dos "governos de esquerda" que se limitariam a "fornecer cestas básicas, lonas para as barracas, cachaça, treinamento em escolas para conhecer a cartilha de Lenin, etc".

No relatório elaborado pelos promotores Luciano de Faria Brasil e Fábio Roque Sbardeloto, onde a intervenção nas escolas foi sugerida inicialmente, a referência básicas é a revista VEJA que compara as escolas do movimento aos Madraçais do Islã e as acusa de ensinar as crianças a "defender o socialismo" e "desenvolver a consciência revolucionária". Os promotores afirmam que o objetivo da intervenção nas escolas é "colocar as crianças e adolescentes que residem nos acampamentos a salvo da ideologização agressiva" (fls. 79). O relatório também possui um capítulo "Contabilizando o prejuízo para a sociedade: quanto custou um sem-terra", onde afirmam que o poder público gasta em média por mês, com alimentação e repressão policial, R\$1.195,11 por família acampada.

Outra fonte de informações dos promotores que firmaram o TAC tentando fechar as escolas do MST é o relatório de inteligência n. 1293-251007-100 da PM2, o serviço secreto da Brigada Militar, sobre a "realidade das escolas itinerantes do MST no RS" que lhes foi entregue em 14-3-2008. Neste relatório são apresentadas informações sobre a "origem da implantação das Escolas", a "estrutura geral das Escolas Itinerantes", "dos responsáveis pelas Escolas Itinerantes ... pelo MST ... pela Secretaria Estadual de Educação"; o "setor de educação do MST no Brasil", e ainda informações sobre "2 O que foi feito para que as escolas fossem reconhecidas legalmente?", "3 Como são montadas as escolas? E como é sua estrutura física e funcional?", "4 O material pedagógico oferecido aos alunos é elaborado da seguinte forma: É seguida a linha pedagógica de Paulo Freire, pedagogia do MST e livros didáticos. O Estado fornece livros, para aulas de português, matemática e geografia. Os professores ministram também aulas sobre movimentos sociais"; "5 Quem são os educadores das escolas itinerantes", "6 A estrutura das Escolas no RS", "7 Dos outros tipos de escola do MST", "7.1 Veranópolis", "7.2 Palmeira das Missões". Nas considerações finais o relatório enfatiza que "os dados ora apreciados não são de livre acesso" provando que o atual governo, além de colocar o serviço secreto para investigar escolas, como fazia a ditadura, repassou informações que não são de acesso público aos arapongas.

O TAC contradiz a visão do Procurador Geral de Justiça do RS, Dr. Mauro Renner, que comanda o Ministério Público do RS e esteve no acampamento Jair Antonio da Costa em Nova Santa Rita (em 06 de agosto de 2008). "Renner ficou

sensibilizado com a precariedade dos recursos materiais à disposição das escolas itinerantes que funcionam no local. Em contato com os alunos de 5ª e 6ª séries do Ensino Fundamental da Escola Itinerante Che Guevara, Renner observou que as aulas acontecem sob lonas plásticas, sem qualquer iluminação. Ele prometeu intermediar uma aproximação entre o movimento e a Secretaria Estadual da Educação. "Seremos interlocutores junto ao Estado para acabar com carências e omissões que porventura estejam acontecendo", assinalou (...) "Buscamos uma sociedade justa, fraterna e solidária", esclareceu, e destacou a existência de uma "absoluta coincidência" entre os compromissos do MPF e a estrofe de uma das canções do MST: "Lutar contra injustiças e abuso de poder" (<http://www.mp.rs.gov.br/imprensa/clipping/id70562.htm>).

Leandro Scalabrin, membro da comissão de direitos humanos OAB - Passo Fundo – RS

"Fechar escolas itinerantes é um crime" – Sítio eletrônico do MST – 19/02/2009

Há algum tempo, o procurador de Justiça do Ministério Pública Estadual Gilberto Thums tem trabalhado para criminalizar e tornar ilegal o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Apresentou, inclusive, um dossiê para conseguir atingir tal objetivo. Mas não foi muito feliz nessa "luta". Agora, o mesmo procurador conseguir que o Ministério Público do Rio Grande do Sul determinasse o fechamento das escolas itinerantes que o MST criou há 13 anos e, desde então, propicia às crianças acampadas uma nova forma de aprender e ver o mundo. Thums diz que o MST quer, com isso, implantar uma sociedade socialista. A grande questão é: qual o mal em implantar uma sociedade que vise à coletividade?

Para debater essa questão, a IHU On-Line convidou duas pessoas que vivem a realidade das escolas itinerantes para concederem esta entrevista. Altair Morback é professor da escola itinerante Che Guevara, localizada no acampamento Jair Antonio da Costa em Nova Santa Rita/RS, e conversou conosco por telefone. Também por telefone, debatemos esse tema com Isabela Braga, que faz parte da Coordenação Estadual do Coletivo de Educação do MST.

Confira as entrevistas.

IHU On-Line – Como o senhor analisa o conteúdo que é ensinado nas escolas do MST?

Altair Morback – O conteúdo em si das escolas itinerantes ainda está um pouco distante da realidade que está de acordo com o nosso propósito. Nossa ideia é ir de acordo com a linha do nosso grande mestre Paulo Freire [1] e, assim, tratar mais da questão humana, respeitando o conhecimento e a faixa etária do indivíduo que passa pela escola. Não é o que temos, porque os nossos educadores e educadoras passaram e passam ainda hoje por esse processo de formação da escola tradicional. Desta forma, as escolas itinerantes não são exatamente do jeito que gostaríamos que fossem. Elas são bastante tradicionais no sentido que ensinam os mesmos conteúdos aprendidos numa escola da rede municipal, estadual ou particular convencional.

IHU On-Line – Quais as principais diferenças desse conteúdo em relação às escolas convencionais?

Altair Morback – Não há muita diferença. Há uma igualdade bastante grande porque nossos educadores e educadoras são formados pelas universidades normais. Então, se ensina o ABC conforme as outras escolas ensinam. Nós redimensionamos essa metodologia pedagógica de fazer e ensinar, devido aos poucos recursos que temos.

Às vezes, ao invés de ensinar o ABC numa lousa, ensinamos na areia, na terra, na horta, plantando pé de alface, por exemplo. Também redimensionamos os conteúdos para a realidade do acampamento. Este é um espaço precário, e o Estado não contribui para melhorar. Mas nossa escola pode ser considerada rica, tem muitos livros que vêm do MEC e da Escola Base de ótima qualidade.

IHU On-Line – O procurador de Justiça Gilberto Thums afirma que o problema das escolas itinerantes é o fato de o MST contratar professores que estejam de acordo com a ideologia do movimento. As escolas convencionais hoje têm muitos déficits, passam por cima de temas históricos extremamente importante sem sequer exigir uma reflexão, um debate sobre estes assuntos com os alunos. Que problemas um professor ideologicamente alinhado com os movimentos sociais pode gerar?

Altair Morback – Nunca fomos contra. A Secretaria de Educação nunca nos chamou para dialogar sobre a educação dos educadores. Os professores das escolas itinerantes são garantidos pelo Instituto Preservar, que mantém convênio com a Secretaria de Educação. O Instituto Preservar contrata professores assentados e não assentados, acampados ou não acampados, mas que são formados para dar aula à rede regular de ensino. Não vejo problema algum em relação à questão dos professores ideologicamente alinhados com o movimento. Eu acredito que todas as escolas deveriam ter uma preocupação com a formação humana, ao invés de ficar preparando pessoas para o mercado de trabalho, que é o que a maioria delas faz. Claro que nós também fazemos isso, de certa forma. É como eu disse antes. Nossos educadores vêm dessa formação. Portanto, a escola itinerante não ensina de forma isolada. Temos todas as contradições que uma escola regular também tem. Obviamente, temos especificidades como a escola itinerante. A meu ver, existe uma riqueza muito grande. Os professores, por exemplo, podem conhecer melhor os acampamentos e, por consequência, a história de vida de cada indivíduo, de cada criança, de cada pessoa que passa pela escola. Na escola tradicional é difícil de isso acontecer. O fato de vivermos próximo das pessoas que vivem a escola propicia essa educação com mais qualidade, sendo possível trabalhar todas as dimensões da formação humana e não apenas os conteúdos formais. Isso não significa que não ensinamos esses conteúdos, mas sim que nossa forma de ensinar é bem diferente, para além dos conteúdos.

IHU On-Line – E como você analisa essa determinação do Ministério Público em relação ao fechamento das escolas itinerantes?

Altair Morback – Acredito que essa determinação por parte do Ministério Público é uma questão política, de perseguição política por parte do Estado que pensa que fechando as escolas itinerantes irá desarticular e desestabilizar a classe trabalhadora que se movimenta e luta pela terra no Rio Grande do Sul. Quando fazíamos marcha e ocupação, nossas crianças sempre estavam junto e dávamos aula no mesmo jeito, porque essa forma de ver a escola tradicional não é o que fazemos e o espaço que se imagina quando se fala em escola não faz parte do nosso jeito de ensinar às crianças. Já demos aula no asfalto, no Incra, na Secretaria de Educação, na beira do rio, dentro de latifúndio, de estábulos.

IHU On-Line – As escolas itinerantes querem implantar uma sociedade socialista? Qual é o mal nisso?

Altair Morback – Nós buscamos essa questão da formação humana para que os alunos, acima de tudo, se deem conta de que devem ser os construtores da sua própria história. Se isso é pensar numa nova sociedade, talvez a escola itinerante queira sim implantar uma sociedade socialista. Mas não é o que temos nas escolas em função da questão dessa formação que nós recebemos.

IHU On-Line – Que problemas vocês temem ocorrer com a inserção das crianças acampadas nas escolas convencionais?

Altair Morback – Não sei se é temer, mas estamos fazendo o debate com as famílias de todos os acampamentos e são elas que vão dizer se a escola itinerante irá continuar ou não. Para nós, até o dia 28 existe o convênio com o Instituto Preservar e, portanto, nossas atividades continuam com as crianças. São infundadas as justificativas que o Ministério Público encontrou para dizer que temos que colocar nossas crianças em escolas regulares dos municípios. Primeiro: nem sempre existe transporte para isso. Segundo: no ano passado, durante a marcha que fizemos, tínhamos mais de 400 crianças marchando. Como é que vamos colocar todas essas crianças numa escola regular quando se chega num município como São Sepé, onde, numa escola do interior, a professora é também merendeira, diretora e secretária da escola? Como uma escola desse porte irá receber 400 crianças? Essa justificativa do Ministério Público é infundada e evidencia que essa determinação faz parte da política do Estado, de perseguição política. Eles querem nos desarticular por aí, pois creem que automaticamente estão desarticulando a luta pela terra. Mas não vamos deixar isso acontecer.

IHU On-Line – Existe algum movimento por parte dos professores para que a escola itinerante não seja fechada?

Altair Morback – Nós estamos organizando um abaixo-assinado e também nos articulando com amigos e apoiadores de cada acampamento e vamos fazer o que for preciso para que a escola itinerante continue. Não fazemos isso por salário ou por emprego, mas porque acreditamos que esse é um direito que essas crianças têm. É por isso que nós, educadores, estamos mobilizados para que a escola itinerante continue.

Entrevista com Isabela Braga

IHU On-Line – O que implica, para os movimentos sociais, especialmente para o MST, essa Determinação do Ministério Público que visa fechar as escolas itinerantes?

Isabela Braga – Para nós, essa determinação é um tanto complicada pelo fato de termos uma escola legal, que funciona há 13 anos, aprovada e regimentada pelo Conselho Estadual de Educação. Isso, para nós, se torna uma dificuldade enorme porque temos lá uma história construída com as crianças. Trabalhamos a partir da pedagogia de Paulo Freire, ou seja, partimos da realidade do nosso trabalho pedagógico e não de uma realidade que está estancada. Uma realidade que tem outros horizontes e quer aprender a ver o mundo. E, então, com essa determinação, teremos de tirar nossas crianças de dentro desse processo construído para colocar em escolas convencionais que têm uma outra realidade de trabalho.

IHU On-Line – E de que forma essa determinação influencia na formação dos novos militantes?

Isabela Braga – As nossas escolas não estão diretamente ligadas à formação de militantes, mas sim à formação das crianças para a vida como um todo. Na verdade, ela não sofreria tanta influência nesse sentido. Agora, nossa escola tem o intuito de trabalhar a partir de um olhar real e não de alienação. Isso sim implica na vida das crianças, porque queremos formar pessoas com um olhar crítico.

IHU On-Line – Por que, em sua opinião, o procurador de Justiça Gilberto Thums reserva tanto tempo de trabalho para combater as ações do MST?

Isabela Braga – O promotor tem a intenção de extinguir o movimento, ou seja, é um objetivo para além de acabar com as escolas. O Governo do Estado e a Secretaria Estadual de Educação estão agindo dessa forma como mais um passo do dossiê feito no

ano passado, para, então, desarticular o MST. Ele só está continuando algo que já começou antes e deixou claro, com isso, sua real intenção em relação ao MST.

IHU On-Line – O que o MST pretende fazer contra essa medida?

Isabela Braga – Nós estamos construindo um diálogo com as famílias para retomarmos a importância da escola dentro do acampamento, que parte da realidade das crianças acampadas e que são filhas de sem-terras. Iremos lutar para que esse processo continue, pois ele não começou num estalar de dedos. Nesse momento, pretendemos construir esse diálogo com a comunidade acampada e retomar a importância dessa escola.

IHU On-Line – O ministro Guilherme Cassel, há alguns meses, afirmou que esse movimento que visa criminalizar a luta do MST restabelece um ambiente de ditadura. Vocês esperam alguma ação provinda do governo federal contra o fechamento das escolas itinerantes?

Isabela Braga – Nesse momento, esperamos tudo. O governo que está à frente do nosso estado pretende reprimir os movimentos sociais. Sabemos que, dependendo da decisão que os pais e as mães tomarem para a vida dos seus filhos, poderá ocorrer repressões por parte do governo estadual. Acreditamos que o governo federal pode nos ajudar, portanto estamos dialogando com eles também e, assim, continuar com a legalidade da nossa escola. Há pessoas no governo federal que nos ajudarão a fazer com que o estado repense essa determinação do MP.

IHU On-Line – Falta, hoje, institucionalidade ao MST?

Isabela Braga – O MST nunca pensou numa institucionalidade, até porque somos um movimento social e não um partido. Temos objetivos, como a reforma agrária, e isso envolve uma educação diferenciada. Nosso ideal é de luta como um movimento social.

Nota: [1] Paulo Freire foi um educador brasileiro. Como diretor do Serviço de Extensão Cultural da Universidade de Recife, obteve sucesso em programas de alfabetização, depois adotados pelo governo federal (1963). Esteve exilado entre 1964 e 1971 e fundou o Instituto de Ação Cultural em Genebra, Suíça. Foi também professor da Unicamp (1979) e secretário de Educação da prefeitura de São Paulo (1989-1993). No II Ciclo de Estudos sobre o Brasil, do dia 30-09-2004, o professor Dr. Danilo Streck, do PPG em Educação da Unisinos, apresentou o livro *A pedagogia do oprimido*, de Paulo Freire. Sobre a obra, publicamos um artigo de autoria do professor Danilo na 117ª edição, de 27-09-2004. Confira, ainda, a edição 223, de 11-06-2007, intitulada Paulo Freire. Pedagogia da

Minc pede acordo para corte maior de CO2 – Folha de São Paulo – Ciência – 20/02/2009

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, defendeu em Nairobi, no Quênia, uma proposta chamada Espiral Descendente de Carbono, que prevê a responsabilidade conjunta, mas diferenciada, de países desenvolvidos e em desenvolvimento no enfrentamento ao aquecimento global. Ele participou do encontro internacional promovido nesta semana pelo Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente). O ministro afirma que falta pouco tempo para a Conferência do Clima em Copenhague (Dinamarca), que acontece em dezembro, e que até lá é preciso que os países assumam metas mais ousadas de redução das emissões dos gases de efeito estufa, como o dióxido de carbono (CO2). A proposta considera a provisão de recursos financeiros e a transferência de tecnologias limpas para as nações em desenvolvimento.

A sugestão -em debate com o Itamaraty e o Ministério da Ciência e Tecnologia- ocorreu na Consulta Ministerial sobre Mudança do Clima, organizada pela Dinamarca, no Fórum Global de Ministros de Meio Ambiente. Minc considera que os países ricos deverão aumentar a meta que têm admitido assumir até agora. A Alemanha, por exemplo, admite a meta máxima de 20% de redução das emissões de gases-estufa até 2020 (em relação às emissões de 1990), podendo chegar a 30% se as nações em desenvolvimento também se comprometerem com reduções. "É pouco, tem que ser de 40%", afirma Minc.

Como contrapartida dos países em desenvolvimento, ele cita o exemplo do Brasil, que apresentou um Plano Nacional de Mudanças Climáticas em 2008, com meta de reduzir 70% do desmatamento da Amazônia até 2017. Segundo Minc disse à Folha, a reação à proposta foi "variada". "Alguns países ricos não admitem repassar recursos para países como a China, que é um grande emissor. Em sua opinião, a discussão não pode ficar em "menos, menos", e tem que ir para o "mais, mais", com maior esforço de todos os países nas reduções.

Amazônia perde - Em Nairobi foi apresentado o estudo do Pnuma GEO Amazônia. A pesquisa mostra que, ao longo da história, a floresta amazônica perdeu 17% de sua área original em oito países -Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Os dados coletados vão até 2005. A área perdida de floresta é de 857,6 mil km², o equivalente a 94% do território da Venezuela. Minc afirmou que o Brasil é um dos poucos que estão reduzindo o desmatamento. Ele se comprometeu "ainda mais" a passar a tecnologia de monitoramento do Inpe para os demais países. (AFRA BALAZINA)

A promoção do crescimento verde – Ban Ki-Moon e Al Gore – Folha de São Paulo – Opinião – 22/02/2009

OS PLANOS de estímulo econômico estão na ordem do dia. É normal que seja assim, em um momento em que governos do mundo inteiro procuram fazer arrancar de novo a economia mundial. Mas, ao procurarem responder a essa necessidade imediata, os líderes devem também agir juntos, para garantir que o novo modelo econômico que está sendo criado seja sustentável para o planeta e para a nossa vida futura. Precisamos de estímulos e de investimentos que realizem simultaneamente dois objetivos com uma só resposta política para a economia mundial -uma política que vá ao encontro das nossas necessidades econômicas e sociais urgentes e imediatas e que lance uma nova economia mundial verde. Em suma, necessitamos que o nosso mantra seja "vamos promover o crescimento verde".

Em primeiro lugar, uma recessão econômica sincronizada exige uma resposta mundial sincronizada. Precisamos de estímulos e de uma coordenação intensa das políticas econômicas entre todas as principais economias. Temos de evitar políticas que contribuam para o empobrecimento dos países vizinhos e que estiveram na origem da Grande Depressão. A coordenação é também vital para reduzir a volatilidade financeira, as corridas às moedas e a inflação galopante, bem como para gerar confiança entre consumidores e investidores.

Os planos de estímulo destinam-se a fazer arrancar novamente a economia, mas, se forem corretamente concebidos e executados, também nos poderão lançar numa via

nova, com um baixo nível de emissões de carbono, em direção ao crescimento verde. A eliminação dos US\$ 300 bilhões gastos anualmente em subsídios aos combustíveis fósseis reduziria as emissões de gases de efeito-estufa em 6% e daria origem a um aumento do PIB mundial. O desenvolvimento de energias renováveis representará uma ajuda no aspecto em que ela mais se mostra necessária.

As economias em desenvolvimento já são responsáveis por 40% dos recursos de energias renováveis existentes, bem como por 70% da capacidade de aquecimento de água utilizando energia solar. Com 2,3 milhões de pessoas trabalhando no setor das energias renováveis, já há mais emprego nesse setor do que, diretamente, nas indústrias de petróleo e gás.

Em segundo lugar, precisamos de políticas em favor dos pobres. Em grande parte do mundo em desenvolvimento, os governos não têm possibilidade de contrair empréstimos ou de imprimir dinheiro para atenuar os efeitos devastadores dos choques econômicos. Por isso os governos dos países industrializados têm de agir além de suas fronteiras, investindo em programas eficazes em termos de custos, que ajudem a impulsionar a produtividade dos países pobres. Isso significa aumentar a ajuda externa ao desenvolvimento. Significa reforçar as redes de segurança social.

Significa investir na agricultura nos países em desenvolvimento, fazendo chegar sementes, ferramentas, práticas agrícolas sustentáveis e crédito aos pequenos agricultores. As políticas em favor dos pobres implicam aumento do investimento na melhoria da utilização dos solos, da conservação da água e das culturas resistentes à seca, a fim de ajudar o agricultor a se adaptar às mudanças climáticas. Se não forem resolvidas, essas questões poderão acarretar uma situação de fome crônica. Em terceiro lugar, é preciso que se chegue a um acordo sólido sobre o clima, em Copenhague, em dezembro. Não no ano que vem -neste ano. As negociações sobre o clima têm de ser substancialmente aceleradas. Um acordo eficaz em Copenhague representará o pacote mundial de estímulos mais poderoso possível. Como um novo acordo sobre o clima em vigor, as empresas e os governos disporão finalmente de uma orientação quanto ao preço do carbono, tal como as empresas estão pedindo, o que poderá desencadear uma onda de inovações e investimento em energias limpas. Copenhague dará luz verde ao crescimento verde. É essa a base da recuperação econômica verdadeiramente sustentável que trará benefícios para nós e para os nossos filhos durante décadas.

Para milhões de pessoas, de Detroit a Nova Déli, nunca houve tempos mais difíceis. As famílias estão perdendo seus empregos, as casas onde vivem, serviços de saúde e até a perspectiva de mais uma refeição. Com tanto em jogo, os governos têm de fazer escolhas estratégicas. Não podemos deixar que aquilo que é urgente comprometa aquilo que é essencial. Investir na economia verde não é uma despesa facultativa. É um investimento inteligente em prol de um futuro mais equitativo e mais próspero.

***BAN KI-MOON** , 64, mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA), é o secretário-geral da ONU (Organização das Nações Unidas). Foi ministro das Relações Exteriores e do Comércio da República da Coreia.

ALBERT ARNOLD GORE JR. , 60, o Al Gore, é ex-vice-presidente dos Estados Unidos e autor, entre outras obras, de "Uma Verdade Inconveniente".

A velocidade com que o nível do mar está subindo agora é quase o dobro daquela verificada no século 20. Já se sabia que o fenômeno -alimentado pelo aquecimento global- era grave, mas os dados mais recentes, coletados desde 1993, mostram que a elevação da linha d'água até 2100 será de 1,80 metro, mais do que o dobro da prevista pelo painel do clima da ONU. "Entre 1993 e 2008, a taxa média global registrada foi de 3,4 mm por ano", disse à **Folha** a pesquisadora francesa Anny Cazenave, do Centro Nacional de Estudos Espaciais de Toulouse (França). Esse número, obtido por medições de satélite que geraram uma série histórica inédita, ganha um ar de gravidade quando comparado a outro: entre 1950 e 2000, a elevação média do mar era de 1,8 mm por ano, diz a cientista.

"Mas a maior surpresa não é essa", diz Cazenave, que apresentou suas recentes medições -processadas até dezembro- na reunião da AAAS (Sociedade Americana para o Avanço da Ciência), encerrada na semana passada em Chicago. "As causas dessa aceleração do nível do mar também mudaram", diz. Entre 2003 e 2008, o derretimento das geleiras e dos mantos de gelo (Groelândia e Antártida) contribuiu com 80% da elevação. A expansão térmica -o aumento de volume da água pelo aquecimento- ajudou com cerca de 20%.

Na virada do século, porém, o cenário ainda era diferente. Entre 1993 e 2003, o aquecimento da água do mar explicava 50% do fenômeno, enquanto as massas de gelo respondiam por 40%. (Ainda não existem dados para explicar os 10% que fechariam a conta.). Para os cientistas, não há dúvida: as atenções devem ser voltadas agora para regiões como o Ártico, a Antártida e as demais geleiras continentais. Entre essas áreas, o norte da Terra é o mais rico em gelo.

Um metro a mais - "Hoje, tanto os mantos de gelo quanto as geleiras continentais [na Antártida, na Groelândia, nos Andes ou no Himalaia] têm igual relevância, mas tudo indica que os primeiros serão cada vez mais importantes daqui para a frente", disse Stefan Rahmstorf, pesquisador da Universidade de Potsdam (Alemanha), que apresentou suas pesquisas no evento da AAAS, às margens do rio Chicago.

As contas do pesquisador alemão sobre o futuro do nível médio do mar indicam que os modelos apresentados até hoje estão otimistas demais. "Em 2100, posso dizer agora, o nível dos oceanos deverá estar aproximadamente um metro acima do que estava previsto pelo modelo [mais pessimista] do IPCC", o painel do clima das Nações Unidas que contou com a participação de Rahmstorf. Acreditava-se que nível do mar não deveria subir mais do que 60 cm até 2100 (comparado com 1980-1999). Agora, porém, estima-se a marca de 1,80 metro. "E o nível do mar não vai parar de subir em 2100. Ele poderá chegar até 3,5 metros em 2200 e bater os 5 metros em 2300", disse Rahmstorf. No passado, mostrou o pesquisador, o nível do mar atingiu o pico há 40 milhões de anos. As águas estavam mais de 70 metros acima do que estão hoje.

Apesar de um nível do mar elevado não ser novidade para o planeta, a espécie humana, que surgiu há apenas 200 mil anos, nunca viu algo assim. De acordo com Cazenave, as medições já feitas nestes últimos 16 anos mostram três regiões onde a subida do nível do mar já é realidade. "As áreas mais afetadas são o oeste do oceano Pacífico, o litoral da Austrália e também a Groelândia", diz a cientista. Como as previsões não são uniformes, e levam em conta valores médios, uma pergunta de interesse pessoal foi feita por um espectador da palestra em Chicago. "Sou da Flórida. Quero saber o que vai ocorrer lá", disse. "Vocês [cientistas] é que têm de dizer onde o mar subirá nos próximos anos."

Mas os cientistas silenciaram, e a questão também continua aberta para quem vive na Califórnia, no Taiti ou no Recife. Diante da dúvida, o melhor que cidades costeiras têm a fazer é se prepararem para o pior.

Congresso Nacional e Governo do Pará definirão utilização de terras - Maurício Thuswohl – Agência Carta Maior – 26/02/2009

Governadora anunciará o destino de uma área de 1,3 milhões de hectares no oeste do Pará que está sob intervenção provisória. No Congresso, projetos do senador Jonas Pinheiro (DEM-MT) e do deputado Osvaldo Reis (PMDB-TO) querem retirar Tocantins, Mato Grosso e Maranhão da Amazônia Legal.

RIO DE JANEIRO – A polêmica em torno da regularização fundiária na Amazônia continua a movimentar interesses políticos na sociedade, no parlamento e nas diversas esferas de governo. Nas próximas semanas, o Governo do Pará deve tomar uma decisão sobre o que fazer com 1,3 milhões de hectares de terra no oeste do estado que estão desde maio do ano passado sob regime de Limitação Administrativa Provisória. Em outra frente importante, podem ser votados na retomada dos trabalhos do Congresso Nacional alguns Projetos de Lei que têm por objetivo retirar Tocantins, Mato Grosso e Maranhão da área atualmente estabelecida como Amazônia Legal.

As terras sob intervenção do governo estadual no Pará estão situadas no conjunto de glebas Mamuru-Arapiuns, área nove vezes maior que o município de São Paulo e que vive sob intensa disputa territorial envolvendo grileiros, indígenas, comunidades extrativistas, comunidades ribeirinhas, madeireiros e mineradores. Assinado pela governadora Ana Júlia Carepa em maio do ano passado, o Decreto Estadual 1.149/08 colocou sob intervenção do Estado as glebas Nova Olinda, Nova Olinda 2, Curumucuri e Mamuru.

Na ocasião, o Governo do Pará afirmou que “o que se pretende com essa iniciativa é impedir o avanço do desmatamento e a invasão dessas áreas. Assim, não serão permitidas atividades que possam vir a causar degradação ambiental ou que visem a exploração dos recursos madeireiros e não-madeireiros, bem como as que impliquem no uso direto dos recursos naturais, exceto aquelas de uso sustentável por parte das comunidades tradicionais”.

Após a assinatura do decreto, um processo de consultas à sociedade foi realizado sob a coordenação conjunta da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema), do

Instituto de Desenvolvimento Florestal (Ideflor) e do Instituto de Terras do Pará (Iterpa). Ao todo, segundo o governo, foram ouvidos em consultas públicas realizadas nos municípios de Santarém, Juruti e Aveiro representantes de 105 organizações da sociedade civil, englobando comunidades locais, empresários, movimentos sociais e poder público local.

Em 17 de dezembro, dia da realização das consultas na cidade de Santarém, a diretora-geral do Ideflor, Raimunda Monteiro, falou sobre a postura do governo durante o processo: “Vamos conhecer as propostas dos movimentos para a destinação das áreas. Depois, o governo organizará um documento, que alie os interesses de todos os envolvidos e que não prejudique as áreas”, disse.

Durante as consultas públicas surgiram três propostas de solução fundiária para a região: a primeira elaborada pelos empresários, a segunda pelos movimentos sociais e a terceira pelas prefeituras de Aveiro e de Itaituba em parceria com empresários locais. As propostas foram analisadas por um grupo de trabalho montado pelo governo, e resultaram numa quarta proposta que foi encaminhada à governadora Ana Júlia. A data prevista para a decisão final era 17 de fevereiro, mas o governo adiou o anúncio para depois do carnaval.

Sair da Amazônia Legal - No Congresso, esquentam a disputa em torno de algumas propostas de alteração da atual composição da Amazônia Legal. A principal iniciativa de mudança é o PL 05/07, do senador Jonas Pinheiro (DEM-MT), que prevê uma alteração no Código Florestal com o objetivo de retirar da Amazônia Legal os estados do Maranhão (toda a parte hoje pertencente ao bioma) e de Mato Grosso (54%), além de áreas no Tocantins. Outra iniciativa é o PL 1278/07, do deputado federal Osvaldo Reis (PMDB-TO), que busca retirar da Amazônia Legal todo o Estado do Tocantins.

Ambos os parlamentares, que têm total apoio das bancadas ruralistas na Câmara e no Senado, justificam seus projetos de lei com o argumento de que a Amazônia Legal foi criada para fins de desenvolvimento econômico regional, sem que os estados por ela abrangidos devam ser enquadrados como pertencentes ao bioma amazônico. Este argumento, no entanto, é contestado por pesquisadores, acadêmicos e representantes das organizações do movimento socioambientalista.

Para Charles Clement, que é coordenador de pesquisas agronômicas do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), é verdade que os três estados objetos dos projetos de lei “praticamente não abrigam o bioma amazônico”, mas ressalta que isso não é o mais importante: “Querem transformar o que hoje é legalmente bioma Amazônia em bioma Cerrado para obter uma licença para desmatar, já que na maior parte da Amazônia a reserva legal obrigatória é de 80% e no Cerrado é de apenas 30%. Mas, o fato é que o Cerrado presente nos três estados é imensamente importante e deve ser igualmente preservado”, disse, em entrevista ao site *Amazônia.org.br*.

Crise não reduz emissão de CO2 – O Globo – Ciência – 26/02/2009

As esperanças de que a crise econômica e a consequente desaceleração da produção industrial pudessem, pelo menos, reduzir as emissões de CO2 estão virando fumaça. Um relatório divulgado ontem pela Agência Nacional de Oceanos e Atmosfera (NOAA, na sigla em inglês) revela que as concentrações de dióxido de carbono na atmosfera aumentaram no ano passado em relação ao ano anterior.

O nível de CO2 na atmosfera atingiu a média global de 384,9 partes por milhão (ppm), 2,2 ppm a mais que em 2007. Segundo o relatório da NOAA, no ano anterior a alta havia sido de 1,8 ppm.

— Para sentirmos um impacto da redução na atmosfera, precisaríamos de uma forte queda nas emissões e isso não aconteceu ainda, como revelam esses dados — explicou o cientista Thomas Conway, da NOAA, que ajudou a compilar os números. — Se as reduções forem apenas de um pequeno percentual, não haverá efeito algum na atmosfera.

Com a recessão, acredita-se que as emissões dos países desenvolvidos possam cair cerca de 2% este ano. Mas esse efeito pode ser anulado pelo aumento das emissões na China, a maior poluidora do mundo, ao lado dos EUA.

Mudanças bruscas nos pólos - Um estudo divulgado ontem revelou que as consequências dessas emissões de gases do efeito estufa podem ser ainda piores do que se imaginava até agora.

Uma compilação das principais conclusões dos trabalhos conduzidos ao longo do Ano Polar Internacional (encerrado ontem) — feitos por cerca de 10 mil cientistas de 60 países — mostrou que a elevação das temperaturas e o degelo na Antártica e no Ártico avançam em ritmo bem mais acelerado do que se supunha.

O documento sustenta que o clima no planeta está mudando com uma rapidez sem precedentes na história da Humanidade, que poderia levar a alterações globais drásticas, como uma elevação no nível dos mares de até 1,5 metro. Os especialistas afirmaram ainda ter detectado mudanças drásticas no clima do Chile e da Argentina.

Portaria dá ao Ibama poder de convocar Força Nacional – Eduardo Scolese e Johanna Nublat – Folha de São Paulo – Brasil – 28/02/2009

O governo federal assina segunda-feira uma portaria que o desobriga de pedir autorização dos governadores no momento de enviar homens da Força Nacional de Segurança Pública para ações de combate a crimes ambientais nos Estados. Segundo a atual legislação, o envio dessa tropa de elite somente ocorre diante de pedidos formais dos governos estaduais. Na segunda-feira, os ministros Tarso Genro (Justiça) e Carlos Minc (Meio Ambiente) assinam uma portaria que abre a brecha jurídica para que o Ibama, autarquia federal, faça diretamente essa solicitação. Debates sobre o uso de homens da Força Nacional de Segurança Pública têm seguidas vezes causado mal-estar entre Estados e União. Isso porque, para requisitar o uso dessa tropa, o governador acaba sendo obrigado a admitir o fracasso de sua política de segurança.

Com a portaria, operações do Ibama e da Polícia Federal, como de combate à grilagem, destruição de fornos de carvão e fechamento de madeiras, poderão contar com a tropa de elite da polícia, que é subordinada ao Ministério da Justiça. Operações contra a exploração ilegal de madeira, como a Arco de Fogo, do início de

2008, resultam em protestos violentos da população, o que explica a necessidade do uso imediato da Força Nacional. No ano passado, em Tailândia (PA), houve levante de trabalhadores que ficaram desempregados por conta do fechamento das madeireiras ilegais. O efetivo da Força Nacional, com cerca de 500 homens à disposição, não será ampliado. Uma outra portaria, a ser assinada também na segunda, porém, criará o grupamento especializado de busca e salvamento e a companhia especializada em guarda ambiental da tropa.

"Quando PF e Ibama estiverem em operação, posso pôr à disposição, para dar suporte às operações, tanto o grupamento especializado de busca e salvamento quanto o de pronto-emprego da Força Nacional de Segurança", disse Tarso. O primeiro grupamento é a oficialização da existência de um grupo de 40 bombeiros já atuantes em questões ligadas à defesa civil, qualificados em salvamento. Eles foram usados, por exemplo, nas enchentes de Santa Catarina no ano passado. O outro, específico de guarda ambiental, terá, até o fim do ano, 400 homens treinados em ecologia, políticas públicas, educação ambiental e biologia de conservação. Os primeiros 50 começam as aulas segunda e estarão aptos em 30 dias. Os capacitados em defesa ambiental ficarão à disposição para ações solicitadas pelo Ibama. Ações regulares ficam a cargo do próprio órgão, que já age nesse sentido, e de forças ambientais estaduais, "guarda-parques", que receberão treinamento da pasta da Justiça.

As guardas estaduais e a federal suprem a proposta apresentada por Minc quando assumiu a pasta, em 2008, disse Tarso. "Os dois programas contemplam as necessidades do Meio Ambiente, sem necessidade de modificar a Constituição e fazer uma nova polícia nacional." Uma terceira portaria instituirá uma comissão interministerial para coordenar ações contra crimes ambientais.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura**

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



IIICA

nead

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

BRASIL
GOVERNO FEDERAL